Relatório da administração e Demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2019 e relatório dos auditores independentes



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG ("Banco"), em 31 de março de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva Contador CRC 1SP197007/O-2

2

O BDMG - IDENTIDADE DA EMPRESA

Criado pela Lei Estadual nº 2.607, de 05/01/1962, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG) é uma instituição financeira de fomento ao desenvolvimento sustentável de Minas Gerais e integra o sistema de desenvolvimento econômico do Estado, sendo vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES) do Estado de Minas Gerais.

É uma empresa pública controlada pelo Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito privado, integrante da administração indireta, com área de atuação em Minas Gerais ou em estados limítrofes. Está sediada na cidade de Belo Horizonte.

Como banco de desenvolvimento, o BDMG faz parte do Sistema Financeiro Nacional e tem a função de promover o bem-estar social mediante a oferta de serviços financeiros que estimulem investimentos dos agentes econômicos. Tem por propósito "transformar iniciativas em realidade para fazer a diferença na vida dos mineiros".

O Planejamento Estratégico para o período 2019-2023 define um maior direcionamento de suas ações para apoiar projetos que signifiquem melhoria da competitividade de Minas Gerais, sua reestruturação produtiva, fomento à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento regional e social.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Recuperação lenta e revisões para baixo das previsões de crescimento marcam o cenário econômico nacional neste primeiro trimestre do ano. Do lado positivo, destacam-se a recuperação dos indicadores de confiança, a baixa inflação, a política monetária expansionista e melhoras na oferta de crédito devido à queda da inadimplência de famílias e empresas. Do lado negativo, destacam-se a incerteza e ociosidade em patamar elevado, a forte restrição fiscal e a desaceleração global. O balanço dessas condições levou os órgãos governamentais a ajustarem a previsão do crescimento do PIB de 2019 de 2,7% para abaixo de 2%; resultado que dependerá de alguns fatores para se consolidar, mas, principalmente, de uma reforma satisfatória da previdência, com retomada de confiança e afrouxamento fiscal.

Em Minas Gerais, o resultado do PIB do 4º trimestre aponta para uma queda do dinamismo econômico ao final de 2018, antes mesmo da crise das mineradoras, suscitada pelo colapso da barragem em Brumadinho. Na comparação com o terceiro trimestre, com ajuste sazonal, houve queda nos três grupos de atividades: Agropecuária (-2,8%), Indústria (-0,9%) e Serviços (-0,3%). Com a tragédia na mina Córrego do Feijão e a interdição de outras minas cujas barragens apresentaram risco de rompimento, estima-se que a cada 10 milhões de toneladas de minério a menos produzidos haja um impacto de -0,1% no PIB do estado.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No primeiro trimestre de 2019, o BDMG contratou 221,8 milhões e desembolsou R\$ 255,7 milhões, o que representa uma redução de 47% nas contratações e aumento de 6% nas liberações, em comparação ao mesmo período de 2018. Foram atendidos 1.476 clientes no período, um crescimento de 21% em relação a 2018.

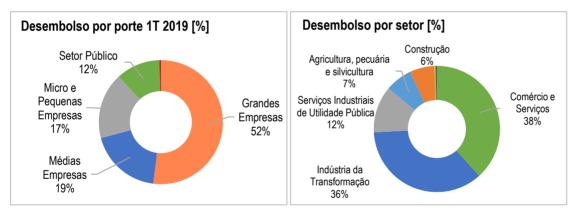
Considerando os clientes com contratos ativos, no BDMG são 21.171 clientes distribuídos nos 766 municípios, consolidando a presença do Banco em 90% dos 853 municípios mineiros. São micro, pequenas, médias e grandes empresas de diversas atividades econômicas e também prefeituras em todos os Territórios de Desenvolvimento Regional do Estado.

Tabela 1 - Indicadores operacionais 1T 2019

Indicador	Unidade de medida	1T 2019	1T 2018
Contratação	R\$ milhões	221,8	417,4
Desembolso	R\$ milhões	255,7	241,5
Clientes atendidos	Unidade	1.476	1.219
Clientes ativos	Unidade	21.171	21.258

Os desembolsos realizados com recursos próprios correspondem a 47% (R\$ 121,4 milhões) do desembolso acumulado no ano, enquanto 53% (R\$ 134,3 milhões) são provenientes de repasses, originários das parcerias com BNDES, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), Caixa Econômica Federal (CEF) e Fundação Renova.

Mais da metade (52%) das liberações do trimestre (R\$ 255,7 MM) foi destinada a grandes empresas, atendendo principalmente aos setores de Comércio e Serviços (38%) e de Indústria da Transformação (36%). Do número total de clientes com desembolso no período, 86% são micro e pequenos empresários.



As contratações e desembolsos do BDMG no período concentraram-se nas regiões Alto Paranaíba, Central, Sul de Minas e Triangulo Mineiro. Essas macrorregiões correspondem a 69% das contratações do trimestre e 75% das liberações.

Tabela 2 – Distribuição regional das contratações e desembolsos 1T 2019 (em R\$ milhões)

Pogião	Contrata	ações	Desembolso		
Região	Valor em MM	%	Valor em MM	%	
Alto Paranaíba	25,4	11,5%	44,2	17,3%	
Central	29,9	13,5%	54,5	21,3%	
Centro-Oeste de Minas	13	5,9%	17,5	6,8%	
Jequitinhonha	1,6	0,7%	2,9	1,1%	
Noroeste de Minas	18,2	8,2%	10,2	4,0%	
Norte de Minas	7,8	3,5%	7,5	2,9%	
Rio Doce	5,6	2,5%	5,2	2,0%	
Sul de Minas	40,9	18,4%	47,7	18,7%	
Triangulo Mineiro	55,8	25,2%	44,6	17,4%	
Zona da Mata	5,9	2,7%	5,4	2,1%	
Outros estados	17,7	8,0%	15,1	5,9%	

Não se aplica*	-	-	0,9	0,4%
Total	221,8	100%	255,7	100%

^{*}Desembolso em Fundos de investimento em participação

DESTAQUES OPERACIONAIS

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No mês de março, o BDMG se reuniu com outras instituições em prol da integração e internalização da sustentabilidade em estratégias, processos de gestão, monitoramento de desempenho e prestação de contas à sociedade. Durante o workshop "Estratégia de Finanças Climáticas para as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) Brasileiras", promovido pela ABDE em parceria com o Consulado Britânico, o BDMG e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) participaram de treinamentos e compartilharam experiências sobre formas de mensurar impactos de investimentos ambientalmente sustentáveis, bem como maneiras de incorporar, de forma sistemática, a dimensão climática em suas atuações.

Seguindo a estratégia de ampliar o crédito para projetos que apresentem externalidade ambiental positiva, os financiamentos direcionados para sustentabilidade ambiental alcançaram R\$ 21 milhões no 1º trimestre de 2019. Deste valor, R\$ 10 milhões foram destinados para o setor de biocombustíveis, R\$ 5 milhões para projetos de energia renovável e eficiência energética, R\$ 4,8 milhões para tratamento de resíduos e saneamento e R\$ 1 milhão à redução da poluição atmosférica.

As linhas de financiamento 'BDMG Solar Fotovoltaico' e 'Finame Fundo Clima', que tem por finalidade apoiar projetos de energias fotovoltaica, totalizaram R\$ 5,7 milhões em contratações e R\$ 2,7 milhões em liberações no período.

APOIO AOS MUNICÍPIOS

A atuação do BDMG junto aos municípios mineiros tem a finalidade de promover obras de construção, reforma e ampliação de prédios públicos, abastecimento de água e esgoto, resíduos sólidos, mobilidade e drenagem urbana, além da possibilidade de aquisição de máquinas e equipamentos a partir dos financiamentos realizados. O Banco possui contrato ativo com 445 prefeituras e empresas públicas. Até março, R\$ 29 milhões foram liberados, valor 107% maior que o desembolsado no mesmo período de 2018 (R\$ 14 milhões).

No mês de janeiro, foi publicado o edital 'BDMG Solidário Municípios', que disponibiliza financiamento exclusivo para cidades mineiras em estado de emergência ou calamidade decretado pela Defesa Civil de Minas Gerais em decorrência das chuvas. O BDMG também disponibiliza uma linha de crédito que poderá ser utilizada por municípios que tenham projetos voltados à prevenção de danos causados pelas chuvas ou pela estiagem.

BDMG DIGITAL E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Como resultado do Projeto BDMG Digital, no primeiro trimestre de 2019, 7.445 propostas foram recebidas (3.920 provenientes do canal Correspondentes Bancários (CB) e 3.525 do canal Vendas Diretas (VD)), o que representa um crescimento de 35% em relação ao mesmo período de 2018 e o maior número de inclusões desde a criação da plataforma de crédito BDMG WEB. O número de operações liberadas neste primeiro trimestre foi de 1.272, aumento de 11%.

Além das linhas já existentes para micro e pequenas empresas, o BDMG passou a ofertar as linhas de financiamento do Fungetur para investimentos do setor de turismo. Neste ano, após suplementação realizada pelo Ministério do Turismo, o BDMG dispõe de um limite de R\$ 70,9 milhões disponível para novos financiamentos.

INOVAÇÃO

O BDMG busca promover a inovação no setor produtivo mineiro e viabilizar a criação e o acesso ao mercado de crédito para empresas de base tecnológica e também financiar projetos inovadores, atuando através do financiamento tradicional, participação direta e indireta e criando ambientes de interação e intercâmbio de experiências entre startups e o mercado.

No primeiro trimestre de 2019, o Banco desembolsou R\$ 12 milhões para projetos de inovação. Além do financiamento tradicional, foram aportados R\$ 899,7 mil em Fundos de Participação indireta (FIPs) e o BDMG recebeu R\$ 536 mil referentes ao desinvestimento de uma das empresas apoiadas.

OS FIPs investidos pelo Banco aportaram R\$ 60,4 milhões em 22 empresas inovadoras mineiras. Nesse período, o BDMG também assinou o Compromisso de Investimento de R\$ 10 milhões no FIC FIDC Venture Debt, fundo que apoia empresas inovadoras por meio de operações de crédito customizadas.

Outra importante iniciativa é o Hubble, fruto da parceria do BDMG com a LM ventures. Os focos do Hubble, que é Open Innovation e Equity Free, são o crescimento e a expansão de startups em um ambiente de troca e de conexões com grandes corporações para impulsionar a realização de negócios. No primeiro trimestre, 15 startups foram selecionadas e iniciaram suas atividades no Hubble. Foi realizado um diagnóstico individual de cada startup e foram iniciadas as mentorias e treinamentos. Mais de 30 agendas de negócios e dezenas de eventos foram realizados para o público interno e externo.

AGRO

Para o setor agrícola, foram liberados R\$ 122 milhões, representando um aumento de 17,6% em relação ao mesmo período de 2018. Para complementar o atendimento à cadeia do agronegócio, foi lançado o produto BDMG Agro Mercado, com objetivo de apoiar clientes nas suas aquisições de produtos processados por agroindústrias e gerar lastro para novas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) pelo BDMG.

Até março, os investimentos de LCA foram 101% maiores quando comparados ao mesmo período de 2018 (R\$ 24 milhões), totalizando R\$ 49 milhões em liberações.

GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No último trimestre de 2018, o BDMG realizou discussões internas, análises de cenários e avaliação comparativa da atuação do Banco vis-à-vis outros bancos e instituições de fomento, no Brasil e no mundo, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre temas estratégicos e identificar potenciais espaços de atuação. A partir deste trabalho, em 2019, foram selecionados temas do negócio, tais como digitalização, *funding e* atendimento a cidades mineiras, para construção de propostas de atuação.

Em consonância com o processo de transição do Governo do Estado de Minas Gerais, foram eleitos, em março, pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, os novos membros para compor o Conselho de Administração do BDMG.

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Na gestão do risco de crédito, foi aprimorada a metodologia para mensuração do risco de crédito para o segmento de pequenas empresas, com o objetivo de conferir maior assertividade e adequação ao atual perfil de clientes deste segmento. Além disso, foi implementado um novo painel para monitoramento da carteira, possibilitando o monitoramento pelos gestores da concentração, inadimplência, volume de ativos problemáticos, saldos baixados como prejuízo nas visões de setor/segmentos e grupos econômicos.

Em relação ao risco operacional, controles internos e conformidade, foram aprimorados os procedimentos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro relacionados à identificação de operações suspeitas.

Para o risco de mercado, foi revista a política de gerenciamento, com o estabelecimento de limites operacionais para a carteira *trading*, vis à vis a atuação mais dinâmica da Tesouraria do Banco.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O BDMG, como instituição de fomento, tem na responsabilidade social um compromisso intrínseco à sua missão por meio das instituições BDMG Cultural e Instituto de Cidadania dos Empregados do BDMG (INDEC).

Em janeiro, o BDMG Cultural lançou o catálogo completo de seu acervo de obras de arte. Na mesma ocasião, inaugurou a "Galeria de Arte Virtual", plataforma na internet que disponibiliza para o público, gratuitamente, sua coleção de obras de arte. Em março, o Instituto realizou o lançamento de duas publicações importantes: "Minas Gerais nos arquivos históricos de Portugal", de autoria dos professores Caio Boschi e Régis Clemente Quintão, e "Sônia Viegas – uma pensadora da Cultura", da professora Míriam Peixoto.

No final de março, o BDMG, em parceria com o BDMG Cultural, inaugurou a Galeria de Arte Henfil, no hall de entrada do Banco, que homenageia um dos mais influentes artistas do século XX. Especializada em artes gráficas e fotografia, a galeria será ocupada por meio de editais públicos, que serão lançados pelo BDMG Cultural.

No primeiro trimestre de 2019, o INDEC, renovou os convênios para atuação junto aos seus principais projetos: Creche Rio Manso, Transvest, Bem + Arte e Futuro da Comunidade. Neste último projeto, foi aprovada a ampliação do apoio do Instituto, com a criação de uma nova turma, possibilitando um aumento de 40 alunos para 60 alunos. Além disso, foi aprovado um novo projeto para este ano: Trançando e Traçando Possibilidades – Tranças e Penteados Afro. O projeto se destina a estimular e fortalecer a autoestima, capacitar mulheres e fomentar a geração de renda. A turma inicial atende a vinte alunas no distrito de Macacos, em São Sebastião das Águas Claras, escolhido em decorrência da interrupção das atividades econômicas após o aumento do risco de rompimento de barragem de mineração na região.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Ativo		
Circulante	1.933.775	2.067.742
Disponibilidades (Nota 3)	7.772	7.889
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	264.857	297.863
Aplicações no mercado aberto	264.857	297.863
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.585	10.585
(Provisão para perdas)	(10.585)	(10.585)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5-6)	159.945	163.679
Carteira própria	124.050	163.679
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	35.895	-
Relações interfinanceiras	34	34
Depósitos no Banco Central	34	34
Operações de crédito (Nota 7)	1.423.837	1.506.464
Operações de crédito	1.691.878	1.755.869
Setor público	212.256	211.045
Setor privado	1.479.622	1.544.824
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(268.041)	(249.405)
Outros créditos (Nota 8)	76.685	91.623
Rendas a receber	1.785	1.856
Diversos	74.955	90.137
(Provisão outros créditos de liquidação duvidosa)	(55)	(370)
Outros valores e bens (Nota 9)	645	190
Outros valores e bens	151	190
Despesas antecipadas	494	-
Não circulante	4.477.388	4.573.222
Realizável a longo prazo	4.445.252	4.539.833
	826,282	763.804
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5-6)		
Carteira própria	797.880	698.185
Vinculados à prestação de garantias Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	12.232 16.170	10.864
Operações de crédito (Nota 7)	2.936.904	54.755 3.112.865
Operações de crédito	3.190.821	3.418.580
Setor público	456.964	477.736
Setor privado	2.733.857	2.940.844
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(253.917)	(305.715)
Outros créditos (Nota 8)	628.871	607.143
Rendas a receber	674	555
Créditos específicos	708	956
Diversos	627.632	605.766
(Provisão para outros créditos de liq duvidosa) Outros valores e bens (Nota 9)	(143)	(134) 56.021
Investimentos temporários	<u>53.195</u> 6	50.021
Outros valores e bens	57.387	60.213
(Provisões para desvalorizações)	(4.198)	(4.198)
	32.136	
Permanente (Nota 10)		33.389
Investimentos	600	600
Outros Investimentos (Provisão para perdas)	1.437 (837)	1.437
Imobilizado de uso	17.863	(837) 18.140
Imóveis de uso	43.787	43.788
Outras imobilizações de uso	13.339	13.295
(Depreciações acumuladas)	(39.263)	(38.943)
Intangível	13.673	14.649
Ativos intangíveis	32.050	31.634
(Amortizações acumuladas)	(18.377)	(16.985)
Total do Ativo	6.411.163	6.640.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Passivo		
Circulante	1.616.981	1.555.735
Depósitos	5.995	74.928
Depósitos à vista (Nota 11 (b))	418	415
Depósitos interfinanceiros (Nota 11 (a))		68.765
Depósitos a prazo (Nota 11 (c))	5.577	5.748
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11 (d e e))	175.633	214.720
Recursos de letras financeiras e de crédito do agronegócio	175.633	214.720
Obrigações por empréstimo (Nota 12 (a))	319.128	89.980
Empréstimos no exterior	319.128	89.980
Obrigações por repasses do país - Instit. Oficiais (Nota 12 (b))	1.043.319	1.060.202
Tesouro nacional	2.821	2.566
BNDES	443.989	478.702
CEF	841	789
FINAME	252.764	259.947
Outras instituições	342.904	318.198
Instrumentos financeiros derivativos	661	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	661	-
Outras obrigações	72.245	115.905
Sociais e estatutárias (Nota 13 c)	-	49.239
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	97	126
Fiscais e previdenciárias (Nota 13 (a)	8.825	11.280
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 13 (d)	1.683	1.658
Diversas (Nota 13 (b)	61.640	53.602
Exigível a longo prazo	3.006.137	3.344.044
Depósitos	119.999	78.762
Depósitos interfinanceiros (Nota 11 (a))	38.392	2.939
Depósitos a prazo (Nota 11 (c))	81.607	75.823
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11 (d e e))	154.746	198.347
Recursos de letras financeiras e de crédito do agronegócio	154.746	198.347
Obrigações por empréstimo (Nota 12 (a))	53.121	302.557
Empréstimos no Exterior	53.121	302.557
Obrigações por repasses do país - Instit. Oficiais (Nota 12 (b))	2.140.091	2.237.944
Tesouro nacional	9.036	8.211
BNDES	1.148.893	1.214.607
CEF	14.891	14.329
FINAME	838.241	873.357
Outras instituições	129.030	127.440
Instrumentos financeiros derivativos		1.108
Instrumentos financeiros derivativos		1.108
Outras obrigações	538.180	525.326
Fiscais e previdenciárias (Nota 13 a)	7.455	7.559
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 13 d)	63.473	54.609
Diversas (Nota 13 b) Resultados de exercícios futuros (Nota 14)	467.252	463.158
Resultados de exercícios futuros (Nota 14) Resultados de exercícios futuros	11.499 11.499	11.845 11.845
Patrimônio líquido (Nota 15)	1.776.546	1.729.340
Capital:	1.980.350	1.931.111
Capital. Capital de domiciliados no país	1.980.350	1.931.111
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(111.166)	(108.264)
Prejuízo acumulado	(92.638)	(93.507)
Total do Passivo	6.411.163	6.640.964

Demonstração do resultado Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de 3 meses findo	
	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	161.778	168.587
Operações de crédito (Nota 18 (a))	163.649	158.096
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 18(b))	(355)	13.073
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 18 (i))	(1.482)	(2.858)
Resultado de operações de câmbio	(34)	276
Despesas da intermediação financeira (Nota 18 (b))	(100.626)	(95.865)
Operações de captação no mercado (Nota 18 (ii)	(7.651)	(5.602)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 18 (ii)	(56.274)	(71.964)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (c))	(36.701)	(18.299)
Resultado bruto da intermediação financeira (Nota 18 (iii))	61.152	72.722
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 18 (c))	(55.045)	(4.770)
Receitas de prestação de serviços	8.307	9.357
Despesas de pessoal	(25.027)	(28.632)
Outras despesas administrativas (Nota 18(i))	(8.132)	(8.480)
Despesas tributárias (Nota 18(ii))	(4.779)	(5.821)
Resultado de participações em coligadas e controladas	-	4
Outras receitas operacionais (Nota 18 (iii))	2.815	48.840
Outras despesas operacionais (Nota 18 (iv))	(28.229)	(20.038)
Resultado operacional	6.107	67.952
Resultado não operacional	(3.721)	(295)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	2.386	67.657
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	(1.474)	(29.459)
Provisão para imposto de renda		(8.324)
Provisão para contribuição social	_	(6.831)
Ativo fiscal diferido	(1.474)	(14.304)
Participação estatutária no lucro	(43)	(1.819)
Participação dos empregados	(43)	(1.819)
Lucro líquido	869	36.379
Lucro por ação (lote de 1000 ações) - R\$	0,0000130	0,0005626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital	Legal	eservas de lucro Outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.906.151				(4.069)	(103.301)	(169.480)	1.629.301
Aumento de capital Ajuste de avaliação patrimonial Lucro líquido no trimestre	- - -	12.620	- - -	- - -	(428)	(1.350)	- - 36.379	12.620 (922) 36.379
Em 31 de março de 2018	1.906.151	12.620			(3.641)	(104.651)	(133.101)	1.677.378
Em 31 de dezembro de 2018	1.931.111				(6.121)	(102.143)	(93.507)	1.729.340
Homologação de aumento de capital Aumento de capital Ajuste de avaliação patrimonial Lucro líquido no trimestre	49.239 - - -	(49.239) 49.239 - -	- - -	- - - -	- (2.902)	- - - -	- - - 869	49.239 (2.902) 869
Em 31 de março de 2019	1.980.350				(9.023)	(102.143)	(92.638)	1.776.546

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de 3 meses fin	
	Saldo em 2019	Saldo em 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/ (prejuízo) antes dos impostos e participações Ajustes de:	2.386	67.657
Depreciações e amortizações	1.714	1 400
Constituição de provisões e passivos líquidos	1.714	1.400 6.082
	23.345	
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida de reversões	36.701	18.299
Constituição (reversão) de provisão para perdas Apropriação de receitas diferidas	20.483	596
1 1 ,	(4.609)	(4.128)
Ganhos e perdas cambiais, líquidas	(707)	4.381
Recuperações operações de créditos baixadas para prejuízo	(33.188)	(2.686)
Receitas de atualização monetária de operações crédito de longo prazo Resultado de equivalência patrimonial	(3.589)	(4.497) (4
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos derivativos e objeto de <i>hedge</i>	192	(909
Ganho em ativos financeiros disponíveis para venda	(114.573)	(8.372
Ganho em ativos financeiros mantidos até o vencimento	(3.545)	(3.570
Ganho em ativos financeiros em negociação	(6.564)	(3.37 0
Lucro líquido ajustado	(81.954)	74.249
Variação no Capital circulante	(35.693)	(59.342)
(Aumento) de aplicações financeiras de liquidez	-	2.76
Relações interfinanceiras	-	(2.776)
Redução (Aumento) de derivativos	2.179	181.008
(Aumento) de operações de crédito	258.358	3.049
(Aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(2.732)	30.508
Aumento (Redução) de depósitos interfinanceiros	(27.697)	
Obrigações em operações compromissadas	-	44.879
Aumento (Redução) de captação por meio de letras financeiras	(82.687)	(284.525)
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(134.408)	3.755
Aumento de resultado de exercício futuro	4.262	(38.005)
Aumento de outras obrigações	(52.968)	
Caixa gerado nas operações	(117.647)	14.907
Imposto de renda e contribuição social pagos	(826)	(29.687)
Caixa líquido (aplicado na) gerado pelas atividades operacionais	(118.473)	(14.780)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo permanente	(464)	(1.012)
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(872.572)	(1.432
Recebimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.276.437	3.33
Aquisição de ativos financeiros mantidos até o vencimento	(74.076)	(117)
Recebimentos de ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.326	5.547
Aquisição de Ativos Financeiros para Negociação	(1.727.540)	
Recebimentos de Ativos Financeiros em Negociação	1.382.632	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(13.257)	6.317
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Aumento de capital	40.220	12.620
	49.239	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	49.239	12.620
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(82.491)	4.157
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	355.154	121.294
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	(34)	276
Caixa e equivalentes a caixa no final do período	272.629	125.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa pública controlada pelo Estado de Minas Gerais e regida pela legislação das sociedades por ações, pela regulamentação pertinente do Sistema Financeiro Nacional e pela legislação aplicável emanada do Governo do Estado de Minas Gerais.

As atividades do BDMG, base de seu objeto social, estão associadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais. Dentro deste enfoque, realiza atividades próprias dos bancos de desenvolvimento nos termos das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e atua como agente financeiro dos fundos constituídos pelo Estado para financiar programas e projetos propiciadores do desenvolvimento de Minas Gerais. O BDMG também é agente financeiro e/ou gestor de outros fundos não pertencentes ao Estado que, em razão de financiar projetos localizados em Minas Gerais, promove o seu desenvolvimento. O Banco ainda atua prestando assessoria e assistência técnica à Administração Direta e Indireta do Estado e cria oportunidades para a implantação/ampliação de empresas de relevante interesse para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais mediante investimentos nessas empresas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Banco em 24/04/2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Bacen:

```
Resolução CMN nº 3.566/2008 – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos Resolução CMN nº 3.604/2008 – CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa Resolução CMN nº 4.007/2011 – CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Resolução CMN nº 3.973/2011 – CPC 24 – Evento Subsequente Resolução CMN nº 3.750/2012 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas Resolução CMN nº 3.823/2012 – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Resolução CMN nº 4.144/2012 – CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico Resolução CMN nº 4.424/2015 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.534/2016 – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível
```

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

A contabilidade do Banco é feita de forma informatizada, baseada em diversos sistemas operacionais integrados ao sistema contábil. Os principais sistemas operacionais, que efetuam os controles das operações de crédito, gestão financeira e patrimônio, respondem pela maior quantidade dos lançamentos e foram desenvolvidos internamente. Há, também, sistemas operacionais contratados de terceiros necessários para a execução e controle de atividades complementares.

O BDMG adota práticas de segurança da informação, com o objetivo de garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações necessárias à manutenção de seu negócio.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do BDMG são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (real), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado do período.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado do período, como subitem do resultado de intermediação financeira, exceto os saldos devedores decorrentes de variação cambial de operações de crédito que são reclassificados como outras despesas operacionais e os saldos credores decorrentes de variação cambial de despesas de captação e obrigações por empréstimos e repasses que são reclassificados como outras receitas operacionais.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. A taxa de câmbio aplicável, considerada para 31 de março de 2019 é de: US\$ 1,00 = R\$ 3,8967 (31/12/2018: US\$ 1,00 = R\$ 3,8748) e € 1,00 = R\$ 4,3760 (31/12/2018: € 1,00 = R\$ 4,4390).

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários no Brasil e no exterior, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 3).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.5 Títulos e valores mobiliários

Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários, conforme a intenção de negociação da Administração, são classificados nas categorias a seguir, que observam os seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas relativos a esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a gestão do fluxo de caixa. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos (curva do título) reconhecidos no resultado do exercício e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo Patrimônio Líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos que são reconhecidos no resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

A Administração determina diretrizes para a classificação de Títulos e Valores Mobiliários entre as categorias constantes na Circular BACEN nº 3.068/2001. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários somente pode ser efetuada por ocasião dos balanços. Além disso, no caso da transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados para fins ou não de proteção (*hedge*), de acordo com a intenção da Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O BDMG opera com instrumentos financeiros derivativos da modalidade *swaps*, com a finalidade de mitigar os riscos decorrentes da flutuação dos valores das moedas estrangeiras e das taxas de juros incidentes sobre os recursos de financiamentos contratados no exterior e com operações no mercado futuro visando proteger os riscos associados às aplicações efetuadas a taxas pré-fixadas.

Os derivativos, conforme informado na Nota 6, são avaliados ao valor justo e contabilizados como ativos, quando positivos e, como passivos, quando negativos, sendo as variações no valor justo registradas na demonstração do resultado.

O gerenciamento e acompanhamento do risco das operações com instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com as políticas e estratégias do Banco.

2.7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são registradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. Todavia, quando ocorrem fatos relevantes que justifiquem a mudança de nível de risco, a operação renegociada é reclassificada para categoria de menor risco. As operações de crédito já baixadas contra a provisão e registradas em contas de compensação, quando renegociadas, ficam classificadas no nível de risco "H", podendo ser reclassificadas, posteriormente, em razão de fato relevante, para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando os critérios para classificar o risco de crédito do cliente e da operação estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, nos valores das garantias, no histórico de perdas e nos riscos da carteira.

2.8 Cessão de crédito

As práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, até 30 de setembro de 2011, determinavam que os créditos cedidos para outras instituições financeiras e fundos, com ou sem coobrigação, fossem baixados da carteira no momento da venda com o reconhecimento imediato dos ganhos no resultado, devendo as operações cedidas com coobrigação serem mantidas registradas em contas de compensação.

Encontra-se em vigência a Resolução CMN nº 3.533/2008 que alterou, a partir de 1º de janeiro de 2012, a forma de registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios da operação.

Para os saldos cedidos anteriores à 1º de janeiro de 2012 não houve mudança retroativa nos critérios para registro contábil das cessões de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O BDMG não realizou cessões de crédito a partir de 2012, portanto, essas alterações normativas não ocasionaram impactos nas suas demonstrações.

2.9 Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Estes ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

2.10 Investimentos

Os investimentos são registrados pelo valor de custo e ajustados a valor de mercado por meio de constituição de provisão para perda efetiva.

2.11 Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso, exceto aqueles adquiridos antes de 1995, que foram corrigidos monetariamente conforme regulamentação vigente à época, e os bens do intangível são apresentados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações e amortizações acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), caso o teste realizado anualmente indique que esses ativos estão contabilizados por um valor superior ao seu valor recuperável.

Anos

A depreciação e amortização desses bens é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	11105
Imóveis	20
Instalações, móveis e equipamentos	10
Sistema de processamento de dados	5
Outros	10
Intangível (Softwares)	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado de seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 10 (b)).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Resultado não operacional" na demonstração do resultado.

2.12 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

2.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2012, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do Bacen e observam o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos Contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, as jurisprudências proferidas pelos Tribunais, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados (Nota 13).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - são decorrentes de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os seus montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 13).

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15% a partir de 01/01/2019 e à alíquota de 20% no período de 01/09/2015 a 31/12/2018, de acordo com o disposto na Medida Provisória 675/2015, convertida na Lei 13.169/2015 (Nota 19 (a)).

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa são constituídos pelas referidas alíquotas consideradas para as provisões do imposto de renda e para a contribuição social.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data da elaboração das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros e contra os quais as diferenças temporárias poderão ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com esses tributos sobre a renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Beneficios a empregados

O Banco patrocina aos seus empregados ativos e assistidos os seguintes benefícios:

- (i) Benefícios previdenciários tem por objetivo proporcionar aos empregados a complementação da aposentadoria assegurada pelo Regime Geral de Previdência Social RGPS. O BDMG é patrocinador de planos previdenciários nas modalidades: benefício definido (fechado para novas adesões em 10 de novembro de 2011) e contribuição variável;
- (ii) Benefício de assistência médica e odontológica este plano oferece a cobertura das despesas médicas e odontológicas aos seus participantes. Este benefício, efetuado mediante pagamento parcial da contribuição mensal pelo Banco é assegurado aos empregados ativos e, desde 22 de fevereiro de 2018, ficou assegurado aos participantes assistidos e aos empregados que ingressaram no Plano de Desligamento Voluntário, cujo prazo de adesão se encerrou em 30 de abril de 2018.

Os empregados ativos poderão, quando se tornarem assistidos, permanecer vinculados ao plano, sendo responsáveis pelo total da contribuição devida;

- (iii) Seguro de vida este benefício, patrocinado pelo Banco mediante o pagamento de parte do prêmio da apólice de seguro de vida em grupo, está assegurado, a partir de 22 de fevereiro de 2018, exclusivamente, aos empregados assistidos que tinham o benefício naquela data;
- (iv) Programa de desligamento voluntário do Empregado o objetivo deste Programa é beneficiar os empregados em condição de se aposentarem e que atendem os requisitos estabelecidos no seu regulamento. Em 2018 o programa foi aberto no mês de março com prazo final para adesão estabelecido em 30 de abril do mesmo ano.
- (v) Outros benefícios o Banco ainda concede a seus empregados ativos outros benefícios que decorrem da participação no lucro e da licença maternidade pelo período de seis meses e também concede benefício de pensão vitalícia a um empregado assistido.

Os benefícios pós emprego concedidos pelo Banco, exceto aqueles relacionados como "outros benefícios" para os empregados ativos, são contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1) — Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN n.º 4.424/2015.

Os registros contábeis dos benefícios são efetuados observando essa Norma que requer a realização de estudo atuarial para fundamentar esses registros. O estudo atuarial utilizado pelo Banco é realizado anualmente para a data base de 31 de dezembro e atualizado semestralmente para a data base de 30 de junho.

As informações sobre a contabilização dos benefícios a empregados estão detalhadas na Nota 24.

2.16 Participação dos empregados no lucro

É definida em convenção coletiva, sendo provisionada com base em percentual sobre o resultado e ajustada ao final do ano após apuração do lucro do exercício.

2.17 Capital social

O capital social do Banco, registrado no patrimônio líquido, é constituído por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Reconhecimento do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro tributável e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes, exceto em relação ao ganho sobre operações de crédito renegociadas que é apropriado ao resultado pelo regime de caixa, conforme determinado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

2.19 Dividendos

Em observância à Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercício.

2.20 Partes relacionadas

A divulgação em Notas explicativas às demonstrações financeiras sobre partes relacionadas cumpre determinação da Resolução CMN nº 4.636/2018. De acordo com esse Normativo são divulgadas as transações ocorridas entre o Banco e suas partes relacionadas que possam afetar a sua situação patrimonial e financeira e o seu resultado. As pessoas jurídicas e físicas que se enquadram na resolução interna do BDMG, de nº 209-A/2018, são consideradas partes relacionadas do Banco e são aquelas com as quais o Banco realizou transações no período conforme mencionadas na Nota 20.

3 Caixa e equivalente de caixa

Estão considerados como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades, representadas por dinheiro em caixa e depósitos bancários no Brasil e no exterior e investimentos de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

0-14- ----

	31/03/2019	31/12/2018
Disponibilidades Disponibilidades em moeda estrangeira Aplicações interfinanceiras de liquidez Títulos e valores mobiliários (i)	247 7.525 264.857	393 7.496 297.863 49.402
	272.629	355.154

(i) Refere-se à parcela de LFT com vencimento inferior a 90 dias na data de sua aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Aplicações em operações compromissadas posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	264.857	297.863
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.585	10.585
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros (i)	(10.585)	(10.585)
	264.857	297.863
Circulante	264.857	297.863
Não circulante	_	_

(i) A provisão para perdas em depósitos interfinanceiros refere-se a título adquirido de instituição financeira que se encontra, atualmente, em situação de falência.

Os prazos de vencimento das aplicações interfinanceiras estão apresentados a seguir:

	Vencido	Até 30 dias	Total
LFT	-	264.857	264.857
CDI	10.585	-	10.585
Provisão para perdas	(10.585)		(10.585)
Saldo em 31/03/2019	_	264.857	264.857
Saldo em 31/12/2018	-	297.863	297.863

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição da carteira

A carteira de títulos e valores mobiliários compõe-se dos títulos apresentados a seguir:

			Saldo em 31/03/2019			Saldo em 31/12/2018
	Quantidade	Valor da curva	Valor de mercado	Quantidade	Valor da curva	Valor de mercado
Títulos livres						
Letras Financeiras do Tesouro	40.623	257.004	256.960	61.585	608.213	608.239
Letras do Tesouro Nacional	27.836	92.077	92.130	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	196.000	342.766	337.057	21.000	74.305	68.768
CDB	-	-	-	244.947.180	554	554
Debêntures	1.430	73.446	73.446	30	7.256	7.256
Provisão para debêntures (i)			(20.410)	-	-	-
Fundo garantidor de créditos	32.959.863	2.051	2.051	874.836	1.976	1.976
Títulos de renda variável		39.676	39.676	-	39.675	39.675
Perda por <i>impairment</i> dos títulos		39.070		_	_	(830)
Ajuste a valor de mercado dos títulos			(830) (11.469)	-	-	(5.807)
Aplicações em <i>Commodities</i>		33.937	33.937	-	24.691	24.691
Provisão para cédula de produto rural Cotas de fundos		33.93/	(108)	-	-	(67)
Empresas emergentes (FIEE)	125	2.157	2.157	125	2.207	2.207
Participações (FIP)	16.415.390	24.746	24.746	16.812.047	24.194	24.194
Fundo de investimentos em renda fixa (FI)	15.669.511	92.587	92.587	15.669.511	91.009	91.008
Total de títulos livres	13.009.311	960.447		13.009.011	874.080	861.864
			921.930			
Títulos vinculados: garantia BM&F - Letras Financeiras do Tesouro (ii)	1.220	12.234	12.232	1.100	10.865	10.864
		972.681	934.162		884.945	872.728
Circulante			124.050		-	163.679
Não circulante			810.112		-	709.49

- (i) A provisão para debêntures está fundamentada no risco de crédito do emissor e é apurada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 uma vez que esses títulos se constituem em uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira (Vide Nota 5 (b) (ii)).
- (ii) Esses títulos dão cobertura à margem de garantia das operações com títulos pré-fixados.

(b) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Considerando a intenção e a capacidade financeira do Banco, os papéis da carteira de títulos e valores mobiliários estão classificados nas seguintes categorias, estabelecidas pela Circular Bacen $n^{\rm o}$ 3.068/2001:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_		Saldo em 31/03/2019		Saldo em 31/12/2018
_	Valor da curva	Valor de mercado	Valor da curva	Valor de mercado
Títulos em negociação		2=1 100		
LFT	351.512	351.480	-	-
Acima de 360 dias	178.896 178.896	178.864 178.864	-	-
NTN	80.539	80.486	-	_
Acima de 360 dias	80.539	80.486	_	_
LTN	92.077	92.130	_	_
Acima de 360 dias	92.077	92.130	-	-
Títulos disponíveis para venda (i)	473.928	461.019	802.830	796.150
LFT	78.108	78.096	608.213	608.239
De 31 a 60 dias	· -	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	49.402	49.402
Acima de 360 dias	78.108	78.096	558.811	558.837
NTN	188.432	187.944	-	-
Acima de 360 dias	188.432	187.944	-	-
Cotas de fundos de investimentos	121.541	121.541	119.386	119.385
Sem vencimento	121.541	121.541	91.009	91.008
Acima de 360 dias		<u>-</u>	28.377	28.377
Títulos de renda variável	39.676	27.377	39.675	33.038
Acima de 360 dias Aplicações em " <i>Commodities</i> "	39.676	27.377	39.675	33.038
Até 30 dias	33.937 185	33.829	24.691 188	24.624 188
De 91 a 180 dias	11.580	185 11.530	166	100
De 181 a 360 dias	14.394	14.336	15.892	15.825
Acima de 360 dias	7.778	7.778	8.611	8.611
LFT vinculada a prestação de garantias	12.234	12.232	10.865	10.864
Acima de 360 dias	12.234	12.232	10.865	10.864
Títulos mantidos até o vencimento (ii)	147.241	121.663	82.115	76.578
	14/.241	121.003	02.115	/0.5/6
NTN	73.795	68.627	74.305	68.768
Acima de 360 dias	73.795	68.627	74.305	68.768
Debêntures (*)	73.446	53.036	7.256	7.256
Até 30 dias	601	601	605	605
De 31 a 60 dias	601	601	605	605
De 61 a 90 dias	602	602	604	604
De 91 a 180 dias	1.804	1.804	1.814	1.814
De 181 a 360 dias	1.804	1.804	3.628	3.628
Acima de 360 dias CDB	68.034	47.624	-	-
Acima de 360 dias			554 554	554 554
	972.681	934.162	884.945	872.728
Circulante		124.050		163.679
Não circulante		810.112		709.049

⁽i) Títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A marcação a mercado dos títulos públicos do BDMG, classificados como disponíveis para venda, considera as cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais — ANBIMA para o mercado secundário desses títulos.

Os títulos de renda variável classificados nesta categoria referem-se às participações societárias oriundas da BDMGTEC que ingressaram na carteira por ocasião da incorporação daquela empresa pelo BDMG (vide Nota 10(a)). Esses títulos são contabilizados pelo valor justo e reduzidos das correspondentes perdas por *impairment* quando devidas.

Nesta categoria também estão consideradas as cotas dos fundos de investimentos que, por não serem negociadas em mercado ativo, são registradas pelos valores de aquisição.

(ii) Títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Estão classificados nessa categoria, os seguintes títulos:

- Debêntures

São títulos adquiridos como modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo constituída provisão para o risco de crédito do emissor, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Aquisição	Quantidade	Data de vencimento	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Janeiro/2015	30	23/12/2019	5.411	7.256
Janeiro/2019	1.400	11/01/2024	68.035	-
			73.446	7.256
Provisão para risco de crédito			(20.410)	
Valor atual			53.036	7.256

- Notas do Tesouro Nacional

O Banco reclassificou, em 30 de junho de 2015, da categoria "disponível para venda" para a categoria "mantidos até o vencimento", os seguintes títulos:

	Quantidade	Data de vencimento	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
NTN-B	21.000	15/08/2022	73.795	74.305
Ajuste a valor de mercado		_	(5.168)	(5.537)
Valor atual		=	68.627	68.768

Na data da reclassificação, estava contabilizado como componente destacado no patrimônio líquido o montante de R\$ 15.178, referente aos ganhos não realizados e que, em decorrência da reclassificação, será apropriado no resultado até a data de vencimento dos títulos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No trimestre findo em 31/03/2019 foi apropriada ao resultado a importância de R\$ 369 (31/03/2018 - R\$ 722) do valor destacado no patrimônio líquido, sendo de R\$ 10.010 (31/03/2018 - R\$ 7.945) o valor acumulado das apropriações efetuadas até 31/03/2019.

(c) Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos pelos seguintes prazos de vencimento:

	Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Títulos Públicos Federais	-		_	-			686.147	686.147
Debêntures	-	601	601	602	1.804	1.804	47.624	53.036
Fundo garantidor de créditos Cotas de fundos de	-	-	-	-	-	-	2.051	2.051
investimento Títulos de renda	-	92.587	-	-	-	-	26.903	119.490
variável Aplicações em	-	-	-	-	-	-	27.377	27.377
"Commodities" LFT vinculada a	-	185	-	-	11.530	14.336	7.778	33.829
prestação de garantias	<u> </u>						12.232	12.232
Saldo em 31/03/2019		93.373	601	602	13.334	16.140	810.112	934.162
Saldo em 31/12/2018	-	91.801	50.007	604	1.814	19.453	709.049	872.728

(d) Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados na conta do patrimônio líquido "Ajustes de avaliação patrimonial" que se referem aos ajustes dos títulos do Banco classificados como disponíveis para a venda, apresentaram, no período, a seguinte movimentação:

	Gannos (perdas) não realizados	Efeitos tributários	a valor de mercado
Saldo em 31/12/2018	(11.319)	5.198	(6.121)
Ajuste no período	(5.820)	2.918	(2.902)
Saldo em 31/03/2019	(17.139)	8.116	(9.023)

6 Instrumentos financeiros derivativos

17 de 65

O Banco, para se proteger de possíveis riscos inerentes aos contratos de captação de recursos externos e de riscos associados às flutuações em taxas futuras relativas a aplicações financeiras em taxas préfixadas, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos das modalidades *swaps* e operações no mercado futuro de taxa de juros, respectivamente.

Para as contratações dos instrumentos derivativos, são observados os normativos vigentes relativos à política de controle de riscos; as estratégias de proteção estabelecidas e limites determinados e as formas de acompanhamento das operações no Banco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos e como passivos, quando negativos. Subsequentemente, são reavaliados também a valor justo, sendo as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Uma vez que esses derivativos visam compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mercado dos ativos ou passivos financeiros objetos de *hedge*, considerados como *hedge* de risco de mercado. Esses derivativos, bem como os ativos e passivos financeiros a eles relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Para os derivativos contratados na modalidade *swap* para a proteção (*hedge*) dos riscos das captações externas, o Banco, sempre que ocorrem as condições previstas na Circular Bacen nº 3.082/2001, aplica a metodologia de *hedge* contábil (*hedge accounting*) efetuando os registros contábeis das operações de captação externa (objetos de *hedge*) e dos instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de *hedge* com base em seu valor de mercado. Dessa forma, a variação no item objeto de *hedge* é compensada pela variação no instrumento de *hedge* considerando o efeito acumulado da operação.

Esse procedimento contábil, somente pode ser adotado quando se verificam as seguintes condições: (i) existe identificação documental do risco objeto de *hedge* com informações detalhadas sobre a operação e; (ii) a efetividade do *hedge* em percentual permanece dentro do intervalo estabelecido na referida Circular.

A metodologia adotada pelo Banco, para a apuração do valor de mercado das pontas ativas e passivas dos *swaps* contabilizados pelo procedimento de *hedge accounting*, se baseia na utilização de ponderadores que são calculados na data da contratação e que igualam, naquela data, o valor de mercado e o valor da curva das operações. A utilização de ponderadores objetiva mitigar a distorção do *spread* de risco de crédito na apuração do valor de mercado.

O BDMG realiza, no início da operação, o teste de efetividade conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.082/2001, teste prospectivo inicial da estrutura de *hedge*, e avalia periodicamente a efetividade por meio de testes prospectivos e retrospectivos, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, por meio do cálculo do quociente da variação do valor de mercado da ponta ativa do instrumento de *hedge* e a variação do valor de mercado do objeto de *hedge*.

O Banco, em decorrência de condições estabelecidas nos contratos de *swap*, possui os seguintes valores contabilizados, relacionados a *c*láusulas de mitigação de seus riscos:

	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/12/2018
Captações em depósitos interfinanceiros	38.392	71.704
	38.392	71.704

As posições dos derivativos contratados pelo BDMG estão detalhadas nas notas seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Captações externas (empréstimos) protegidas por instrumentos derivativos

						Saldo em 31/03/2019		Saldo em 31/12/2018
	Data inicial	Data final	Indexador	Captação	Saldo (Moeda Estrangeira)	Curva	Saldo (Moeda Estrangeira)	Curva
CAF 1	27/09/2013	27/09/2023	Libor 6M + 3,65% a.a	US\$ 15.000	7.944	30.950	8.969	34.748
CAF 2	21/10/2013	23/10/2023	Libor 6M + 3,65% a.a.	US\$ 30.000	18.138	70.669	17.865	69.212
CAF 3	19/12/2013	19/12/2023	Libor 6M + 3,65% a.a.	US\$ 30.000	17.968	70.007	17.686	68.517
BID	04/08/2014	16/08/2021	Libor 6M + 2,25% a.a.	US\$ 50.000	22.860	89.064	27.770	107.587
AFD3	02/02/2017	28/11/2025	Euribor 6M + 2% aa.	€\$ 15.000	11.734	51.323 312.013	11.685	51.849 331.913
Ajuste a v	alor de mercado					3.119		2.990
Valor de r	mercado					315.132		334.903

(b) Valores contabilizados dos swaps

As posições contabilizadas em 31 de março dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidas a seguir:

			Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/03/2018
	Valor referencial (Conta de compensação)	Valor a receber / Pagar (Conta patrimonial)	Efeito líquido (Conta de resultado)	Efeito líquido (Conta de resultado)
$(\text{US\$ + Libor + Taxa}) \times (\text{BRL + \%CDI}) \text{ (1)}$	187.810	42.847	107	(3.131)
(EUR + Euribor + Taxa) x (BRL + %CDI) (1) (US\$+ Libor+ Taxa) x (BRL + %CDI) (2)	43.001	9.218	(1.419)	1.043
	32.217	(661)	32	(770)
	263.028	51.404	(1.280)	(2.858)

Notas: (i) refere-se a diferencial a receber das operações contratadas.

(ii) refere-se a diferencial a pagar das operações contratadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c)	Swaps por indexador:		do em s/2019	Saldo em 31/12/2018
	Posição ativa – Diferencial a receber	5	52.065	54.755
	Moeda estrangeira	5	52.065	54.755
	Juros		-	-
	Posição passiva – Diferencial a pagar		(661)	(1.108)
	Moeda estrangeira		(661)	(1.108)
	Juros		-	-
	Exposição líquida	51.404		53.647
(d)	Swaps por prazo de vencimento:	De 31 a 180 dias	Após 360 dias	Total
	Posição ativa – Diferencial a receber			
	Moeda estrangeira	35.895	16.170	52.065
	Juros			<u> </u>
	Saldo em 31/03/2019	35.895	16.170	52.065
	Saldo em 31/12/2018	-	54.755	54.755
	Posição passiva – Diferencial a pagar			
	Moeda estrangeira	(661)	-	(661)
	Juros			
	Saldo em 31/03/2019	(661)		(661)
	Saldo em 31/12/2018		(1.108)	(1.108)
	Exposição líquida em 31/03/2019	35.234	16.170	51.404
	Exposição líquida em 31/12/2018		53.647	53.647

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Swaps por indexador e valor de referência:

	Valor de Referência	Valor pela curva	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Posição ativa – Diferencial a receber				
(US\$ + Libor + Taxa) x (BRL + %CDI)	187.810	38.022	4.825	42.847
(EUR + Euribor + Taxa) x (BRL + %CDI)	43.001	7.336	1.882	9.218
Saldo em 31/03/2019	230.811	45.358	6.707	52.065
Saldo em 31/12/2018	245.442	47.974	6.781	54.755
Posição passiva – Diferencial a pagar				
$(US\$ + Libor + Taxa) \times (BRL + \%CDI)$	32.217	(1.286)	625	(661)
Saldo em 31/03/2019	32.217	(1.286)	625	(661)
Saldo em 31/12/2018	35.797	(1.723)	615	(1.108)
Exposição líquida em 31/03/2019	263.028	44.072	7.332	51.404
Exposição líquida em 31/12/2018	281.239	46.251	7.396	53.647

7 Operações de crédito e créditos equiparados a operações de crédito

A carteira de crédito ativa do BDMG apresenta a seguinte posição:

	Valor total	Provisão	Valor líquido
Operações de crédito	4.882.699	(521.958)	4.360.741
Créditos equiparados a operações de crédito	19.920	(198)	19.722
Saldo em 31/03/2019	4.902.619	(522.156)	4.380.463
Saldo em 31/12/2018	5.193.284	(555.624)	4.637.660

Em 31 de março de 2019, do saldo total de R\$ 4.902.619 (31/12/2018 - R\$ \$ 5.193.285) das operações de crédito, o montante de R\$ 1.743.306 (31/12/2018 - R\$ 1.821.036) foi concedido com recursos próprios e R\$ 3.159.313 (31/12/2018 - R\$ 3.372.249), originalmente, com recursos de repasses recebidos de outras instituições financeiras.

O saldo contábil das operações de crédito renegociadas na posição de 31 de março de 2019 totaliza R\$ 1.036.239 (31/12/2018 - R\$ 1.047.107).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Classificação por produto e por setor de atividade

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Empréstimos	926.392	1.033.081
Indústria	498.049	578.005
Comércio	213.537	227.884
Outros serviços	214.806	227.192
Financiamentos ao setor privado	3.287.087	3.452.587
Indústria	1.297.958	1.323.104
Comércio	153.237	156.114
Outros serviços	821.840	920.230
Rural e agroindustrial	1.010.731	1.048.840
Intermediários financeiros	859	1.043
Pessoas físicas	2.462	3.256
Financiamentos ao setor público (Administrações direta e indireta municipais)	669.220	688.781
Créditos equiparados a operação de créditos	19.920	18.835
Subtotal	4.902.619	5.193.284
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(522.156)	(555.624)
	4.380.463	4.637.660
Circulante	1.429.108	1.513.505
Não circulante	2.951.355	3.124.155

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação por prazo e níveis de risco

_									Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
	Vencidas (em dias)			Ave	Total					
Nível de risco	Total	A partir de	Até 14	Até 90	De 91 a 360	De 361 a 1.080	De 1.081 a 1.800	De 1.800 a 5.400	Acima de 5400	
AA	2.072.188	-	-	141.594	371.189	690.989	647.085	221.331	-	2.044.439
A	671.157	-	-	78.350	179.498	226.734	115.569	71.006	-	759.881
В	589.128	8.161	205	46.046	129.827	188.589	100.265	94.666	21.369	598.401
C	641.664	20.237	378	61.648	217.367	185.462	90.646	65.926	-	707.829
D	394.669	60.073	100	23.365	71.169	102.967	96.593	40.402	-	480.748
E	66.505	18.728	70	9.612	8.179	7.724	12.074	10.118	-	136.049
F	52.308	29.880	6	1.281	3.134	7.844	4.455	5.015	693	35.928
G	32.574	13.535	3	799	1.432	8.535	5.640	2.630	_	50.024
Н	382.426	177.741	52	9.697	13.849	31.271	14.141	26.192	109.483	379.985
-										
=	4.902.619	328.355	814	372.392	995.644	1.450.115	1.086.468	537.286	131.545	5.193.284

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Classificação por níveis de risco e provisão

				Saldo em 31/03/2019		Saldo em 31/12/2018
		Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Carteira	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Nível de risco:	%					
AA	0	2.072.188		-	2.044.439	-
A	0,5	671.157	(3.356)	(3.356)	759.881	(3.799)
В	1	589.128	(5.891)	(5.892)	598.401	(5.990)
C	3	641.664	(19.250)	(19.400)	707.829	(21.235)
D	10	394.669	(39.467)	(42.038)	480.748	(50.650)
E	30	66.505	(19.952)	(20.089)	136.049	(40.984)
F	50	52.308	(26.154)	(26.154)	35.928	(17.964)
G	70	32.574	(22.802)	(22.801)	50.024	(35.017)
Н	100	382.426	(382.426)	(382.426)	379.985	(379.985)
		4.902.619	(519.298)	(522.156)	5.193.284	(555.624)

(d) Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/12/2018
Saldo inicial	555.624	776.092
Constituição de provisão, líquida de reversões Baixas de créditos como prejuízo	36.701 (70.169)	160.515 (380.983)
Saldo final	522.156	555.624

(e) Cessões de crédito

O saldo das operações cedidas com coobrigação, registrado em contas de compensação, conforme valores demonstrados abaixo, refere-se a operações cedidas até 31 de dezembro de 2011 (anterior à Resolução CMN $n^{\rm o}$ 3.533/2008):

	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/12/2018
Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/2008:		
Coobrigações a liquidar	22.590	20.379
Operações liquidadas a repassar	641	615
	23.321	20.994

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outros créditos

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Créditos tributários (a)	544.752	543.341
Devedores por depósitos em garantia (b)	121.775	120.349
Títulos e créditos a receber ©	4.192	4.215
Devedores diversos – país (d) Rendas a receber (e)	2.534 2.459	1.194 2.411
Outros Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (f)	30.042 (198)	27.760 (504)
	705.556	698.766
Circulante Não circulante	76.685 628.871	91.623 607.143

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados conforme demonstrado na Nota 19 (a).
- (b) O saldo de devedores por depósito em garantia compreende os depósitos relacionados a questionamentos judiciais, sobretudo de natureza fiscal e tributária apresentados na Nota 13 (a), em que consta a vinculação dos depósitos judiciais com os respectivos questionamentos judiciais.
- (c) O saldo de títulos e créditos a receber corresponde a remunerações a serem devolvidas, no montante de R\$ 4.192 (31/12/2018 R\$ 4.215) sendo: (i) pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, o valor de R\$ 3.285 (31/12/2018 R\$ 3.225) oriundo de operações de crédito rural financiadas com recursos da STN e renegociadas por determinação de leis relativas a essas operações e, (ii) pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), o valor de R\$ 907 (31/12/2018 R\$ 990).
- (d) O saldo de devedores diversos é constituído, principalmente, pelo valor de R\$ 2.534 (31/12/2018 R\$ 1.193) referente a bônus de adimplência concedido aos clientes de operações rurais e renegociadas conforme disposições da Lei 9.138/1995 e suas atualizações, a ser devolvido ao Banco.
- (e) O saldo de rendas a receber decorre, substancialmente, de remuneração por serviços prestados, mediante comissões sobre as operações de crédito realizadas com recursos dos fundos de desenvolvimento administrados pelo BDMG, líquido das respectivas provisões: R\$ 1.776 (31/12/2018 R\$ 1.729). O vencimento da remuneração ocorre por ocasião dos vencimentos das parcelas contratadas e a provisão é constituída sobre os valores registrados, com base no percentual referente ao nível de risco em que está classificada a operação da qual a remuneração se originou. Essa classificação de risco decorre de política adotada pelo Banco de estender às operações financiadas com recursos dos fundos administrados, os mesmos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999 para as operações de crédito da carteira própria do BDMG.
- (f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa monta em R\$ 198 (31/12/2018 R\$ 504).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros valores e bens

				Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
	Bens não de uso próprio			57.387	60.213
	Participações societárias			6	6
	Outros			645	190
	Subtotal			58.038	60.409
	Provisão para bens não de uso próprio			(4.198)	(4.198)
				53.840	56.211
	Circulante Não circulante			645 53.195	190 56.021
10	Permanente				
(a)	Investimentos			Saldo em	Saldo em
				31/03/2019	31/12/2018
	Ações e quotas Provisão para perdas, ações e quotas			1.437 (837)	1.437 (837)
				600	600
(b)	Imobilizado de uso			Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
	<u>-</u>	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
	Imóveis	43.787	(27.455)	16.332	16.494
	Instalações, móveis e equipamentos	6.267	(5.583)	683	558
	Sistema de processamento de dados	6.457	(5.701)	756	873
	Outros	572	(524)	48	51
	Imobilizado em curso	43		43	164
	=	57.126	(39.263)	17.863	18.140
(c)	Intangível			Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
	Ativos Intangíveis	32.050	(18.377)	13.673	14.649

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Depósitos e Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos captados, no país, apresentam a seguinte composição:

	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/12/2018
Depósitos interfinanceiros (a)	38.392	71.704
Depósitos à vista (b)	418	415
Depósitos a prazo (c)	87.184	81.571
Letras financeiras	84.984	83.325
Letras de crédito do agronegócio - LCA (d)	245.395	329.742
	456.373	566.757
Circulante	181.628	289.647
Não circulante	274.745	277.110

(a) Depósitos interfinanceiros

As captações de depósitos financeiros são feitas pelo Banco para atender cláusula de mitigação do risco de crédito constante dos contratos de derivativos que exigem, da parte com diferencial a pagar superior a um determinado montante, a manutenção de depósitos interfinanceiros na instituição contraparte da operação.

Esses depósitos se constituem, portanto, em margens de garantia e têm sido pactuados com encargos iguais à taxa do CDI e com os vencimentos variando de acordo com o montante ajustado para a cobertura do diferencial a receber ou a pagar de cada um dos *swaps* contratados.

(b) Depósito à vista

Trata-se de depósito vinculado, realizado no BDMG, como garantia do risco de inadimplência de financiamentos concedidos para a aquisição de veículos híbridos a serem utilizados na prestação de serviço de táxi. De acordo com o contrato de garantia, os valores depositados poderão ser levantados depois de um determinado prazo: ou pelo BDMG quando ocorrer inadimplência nos financiamentos nas condições estabelecidas; ou pela empresa depositante caso não ocorra a inadimplência conforme estipulado.

(c) Depósitos a prazo

Esses depósitos referem-se a garantias recebidas pelo Banco para a contratação de operações de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Letras financeiras

As captações de recursos mediante a emissão de letras financeiras apresentam os seguintes saldos:

		Saldo em 31/03/2019				Saldo em 31/12/2018
	Vencimento	Quantidade	Saldo	Vencimento	Quantidade	Saldo
Tipo de emissão: Privada Privada	26/10/2020 06/04/2020	200 250	31.006 53.978	26/10/2020 06/04/2020	1.238 1.238 2.476	30.423 52.902
Circulante Não circulante		450	84.984 - 84.984		2.4/0	83.32 <u>5</u> - 83.325

As emissões das letras financeiras do BDMG são efetuadas ao amparo da Resolução CMN nº 4.143/2012.

(e) Letras de crédito do agronegócio – LCA's

O Banco, com lastro em operações de crédito do agronegócio, passou a emitir LCA's a partir de dezembro de 2016. Os títulos, em observância a normas vigentes, estão custodiados na CETIP e têm cobertura do Fundo Garantidor de Crédito sendo a cobertura limitada a R\$ 250 mil por cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A posição das LCA's, considerando as datas de suas emissões, é a seguinte:

Mês de emissão	Mês de vencimento	Quantidade	30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Saldo em 31/03/2019
dez-16	dez-19	16.000	_	_	-	-	18.894	_	18.894
jan-17	jan-20	43.091	_	-	-	2.790	47.423	-	50.213
	ago-21	450	-	-	-	-	-	462	462
jun-17	jun-19	48.430	-	-	54.484	-	-	-	54.484
	ago-19	160	-	-	-	165	-	-	165
	set-19	168	-	-	-	173	-	-	173
	nov-19	440	-	-	-	-	449	-	449
	dez-19	210	-	-	-	-	211	-	211
	jan-20	300	-	-	-	-	300	-	300
	jun-20	10.000	-	-	-	-	-	11.239	11.239
	set-20	2.375	-	-	-	-	-	2.442	2.442
	dez-20	330	-	-	-	-	-	335	335
	ago-21	200	-	-	-	-	-	205	205
	set-21	272	-	-	-	-	-	281	281
	jun-22	10.000	-	-	-	-	-	11.341	11.341
ago-18	ago-19	25.551	-	-	-	26.389	-	-	26.389
	nov-19	6	-	-	-	-	6	-	6
	ago-20	1.793	-	-	-	-	-	1.849	1.849
	dez-20	9	-	-	-	-	-	9	9
	ago-21	1.807	-	-	-	-	-	1.858	1.858
set-18	set-19	19.272	-	-	-	19.871	-	-	19.871
	ago-20	2.042	-	-	-	-	-	2.101	2.101
	set-20	6.554	-	-	-	-	-	6.738	6.738
	ago-21 set-21	2.926 1.200	-	-	-	-	-	3.001 1.241	3.001 1.241
			-	-	-	-	-		
out-18	out-19 out-21	3.459	-	-	-	-	1.054	-	1.054
	set-22	103 341	•	-	_	_	-	105 347	105 347
nov-18	nov-19	149.749.682	•	-	_	_	987	54/	987
1101 10	nov-20	300	-	-	_	_	-	305	305
J 40			-	-		2/=		-	
dez-18	ago-19	25.991.720	-	-	-	265	-	-	265
	dez-19	235	-	-	-	-	239	-	239
	dez-20	12.818	-	-	-	-	-	12.990	12.990
	nov-21	2.772	-	-	-	-	-	2.803	2.803
	dez-21	10.000	-	-	-	-	-	10.110	10.110
fev-19	dez-19	718	-	-	-	-	721	-	721
mar-19	dez-19 jan-20	275 935	-	:	-	-	276 936	-	276 936
Saldo em 3	31/03/2019	_	_		54.484	49.653	71.496	69.762	245.395
Saldo em (31/12/2018	=	75.166	15.549	-	53.663	70.342	115.022	329.742

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações por empréstimos e repasses

(a) No exterior

Em 31 de março, os recursos captados no exterior totalizam R\$ 3.555.659 (31/12/2018 – R\$ 392.537) e estão apresentados a seguir:

Os saldos das captações externas são os seguintes:

		Saldo em 31/03/2019		Saldo em 31/12/2018
	Curva	Mercado	Curva	Mercado
Instituição:				
CAF	174.000	175.661	174.805	176.461
AFD	106.066	107.537	107.154	108.792
BID	89.064	89.051	107.587	107.284
		372.249	_	392.537
Circulante		319.128		89.980
Não circulante		53.121		302.557

Tanto os contratos referentes às captações externas, quanto aqueles referentes aos instrumentos derivativos que protegem essas captações, possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que, ou são acompanhadas e cumpridas pelo Banco ou estão garantidas por acordos adicionais (*waivers*) negociados entre as partes.

Em 31 de março de 2019, o Banco encontra-se desenquadrado em cláusula de *covenant* do contrato com o BID e a AFD para os quais o Banco obteve cartas de *waivers*. A carta concedida pelo BID encontra-se em vigência, porém, a carta da AFD teve vencimento em 28 de março de 2019 e nova carta foi concedida pela AFD no dia 24 de abril de 2019 com prazo de vigência de um ano.

Em razão desse vencimento, em 31 de março de 2019, o saldo da captação da AFD foi contabilizado no curto prazo o que ocasionou o registro também no curto prazo do saldo da captação da CAF, em razão de cláusula que condiciona a adimplência técnica do contrato à condição do contratos dos demais credores.

Os recursos captados externamente, por instituição de origem, são os seguintes:

(i) Corporación Andina de Fomento - CAF

O financiamento de US\$ 100 milhões, contratado com a CAF em agosto de 2014, com juros à taxa *libor* de 6 meses acrescida de taxa pré-fixada de até 3,65% a.a. e prazo de vencimento de até 10 anos que foi liberado em tranches de diferentes montantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tranches com saldos são as seguintes:

					Saldo em 31/03/2019	-	Saldo em 31/12/2018
Tranches	Data da liberação	Vencimento final	Liberação US\$	Curva R\$	Mercado R\$	Curva R\$	Mercado R\$
CAF 1	27/09/2013	27/09/2023	15.000	30.950	31.244	34.748	35.029
CAF 2	21/10/2013	23/10/2023	30.000	70.669	71.159	69.212	69.674
CAF 3	19/12/2013	19/12/2023	30.000	70.007	70.884	68.517	69.430
CAF 5 (*)	21/12/2015	21/12/2020	1.500	2.374	2.374	2.328	2.328
			76.500	174.000	175.661	174.805	176.461

(*) O valor de mercado da operação de captação tranche CAF-5 corresponde ao valor da curva, pois corresponde a um *hedge* natural em que as condições financeiras da captação externa foram transferidas às operações com os clientes tomadores de crédito acrescidas somente da remuneração do Banco.

Agence Française de Développement - (AFD) - Agência Francesa de Desenvolvimento

Em junho de 2013, o Banco celebrou com a AFD um contrato de 50 milhões de euros com juros à taxa Euribor de 6 meses acrescida de 2% a.a. e prazo de vencimento de 12 anos, a ser liberado em tranches de diferentes valores. Essa captação tem por objetivo financiar projetos de infraestrutura municipal voltados para questões climáticas e para a universalização de serviços básicos.

As posições das tranches liberadas são as seguintes:

					Saldo em 31/03/2019		Saldo em 31/12/2018
Tranches	Data da liberação	Vencimento final	Liberação €	Curva R\$	Mercado R\$	Curva R\$	Mercado R\$
AFD 1	22/07/2014	28/11/2025	9.000	30.793	30.793	31.109	31.109
1ª tranche			4.000	13.686	13.686	13.826	13.826
2ª tranche			5.000	17.107	17.107	17.283	17.283
AFD 2	13/10/2014	28/11/2025	7.000	23.950	23.950	24.196	24.196
AFD 3	02/02/2017	28/11/2025	15.000	51.323	52.794	51.849	53.487
			31.000	106.066	107.537	107.154	108.792

IDB - Inter-American Development Bank - (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID)

Em junho de 2014, o BDMG contratou com o BID um empréstimo que pode ser utilizado até o limite de 150 milhões de dólares, mediante liberações a serem feitas em três tranches. Sobre o valor utilizado incidirá uma taxa de juros variável, a ser paga semestralmente, e constituída por um percentual de 2,25% acrescido à taxa *libor* semestral, sendo que essa composição poderá apresentar variações em decorrência dos critérios estabelecidos no contrato para a efetivação dos desembolsos solicitados para cada tranche.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A posição da tranche liberada é a seguinte:

					Saldo em 31/03/2019	31/12/2018		
Tranches	Data da liberação	Vencimento final	Liberação US\$	Curva R\$	Mercado R\$	Curva R\$	Mercado R\$	
BID	04/08/2014	16/08/2021	50.000	89.064	89.051	107.587	107.284	

0-14- ----

0-14- ---

(b) Instituições oficiais

As obrigações com as instituições oficiais referem-se aos saldos de recursos obtidos dos fundos e programas oficiais repassados para financiamentos de empreendimentos no Estado de Minas Gerais, sendo que os vencimentos do principal e dos encargos se estendem até o ano de 2029, com incidências de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais de cada órgão ou fundo repassador de recursos.

Os saldos dessas obrigações são os seguintes:

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
BNDES (i)	1.592.882	1.693.309
FINAME	1.091.005	1.133.304
BNB	14.639	15.258
Tesouro Nacional	11.857	10.777
CEF	15.732	15.118
FINEP	116.061	117.445
Funcafé	262.334	296.672
Fungetur	78.900	16.263
	3.183.410	3.298.146
Circulante	1.043.319	1.060.202
Não circulante	2.140.091	2.237.944

O Sistema BNDES/FINAME constitui a principal fonte de recursos para repasses do BDMG aos seus clientes.

(i) Os recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se destinam principalmente aos financiamentos de projetos de investimentos de longo prazo.

Os recursos repassados pelo BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se destinam principalmente aos financiamentos de projetos de investimentos de longo prazo e são oriundos das seguintes linhas de crédito:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
	BNDES Automático PROGEREN	296.080	365.976
	BNDES Automático GIRO	132.847	101.192
	BNDES FINEM	298.234	307.730
	BNDES Automático	273.529	275.576
	BNDES Automático TJLP	78.862	84.059
	BNDES Automático PRODECOOP	59.231	62.656
	BNDES FINEM TJLP	21.242	27.960
	BNDES FINEM PSI	40.190	41.968
	BNDES SAUDE	44.719	55.205
	BNDES AUTOMÁTICO PCA	87.318	89.622
	BNDES MPME INOVADORA	32.447	31.735
	Outros	228.183	281.365
		1.592.882	1.693.309
13	Outras obrigações		
-0	041145 0211843005	Saldo em	Saldo em
		31/03/2019	31/12/2018
	Fiscais e previdenciárias (a)	16.280	18.839
	Diversas (b)	528.892	516.760
	Sociais e estatutárias (c)	-	49.239
	Fundos financeiros e de desenvolvimento (d)	65.156	56.267
	Cobrança e arrecadação de tributos	07	126
		97	
		610.425	641.231
	Circulante	72.245	115.905
	Não circulante	538.180	525.326
(a)	Fiscais e previdenciárias		
		Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/12/2018
	Provisão para impostos e contribuições diferidos Provisão para impostos e contribuições	11.535	11.918 68
	Impostos e contribuições a recolher	4.745	6.8 ₅₃
		16.280	18.839
	Circulante	8.825	11.280
	Não circulante		
	11ao Circulante	7.455	7.559

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Obrigações diversas

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Provisão para obrigações fiscais (i) e (ii) Provisão para outras obrigações (iii)	183.760 48.111	182.297 33.459
Provisão para pagamentos a efetuar (iv)	13.891	18.157
Passivos atuariais (v)	262.620	259.317
Dotação para aumento de capital (vi)	180	180
Credores diversos – País (vii)	20.330	23.350
	528.892	516.760
Circulante	61.640	53.602
Não circulante	467.252	463.158

(i) A provisão para obrigações fiscais refere-se aos passivos relacionados a tributos, abrangendo as ações judiciais e os processos de natureza administrativa em andamento junto a Secretaria de Receita Federal do Brasil, que são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. Na projeção de resultados do BDMG a expectativa de realização dos créditos tributários correspondentes a essa provisão considera a sua distribuição em um período de 10 anos.

A provisão para obrigações fiscais teve, no período, a seguinte movimentação:

	Saldos em 31/12/2018	Provisão	Atualização	Reversão/ baixa	Saldos em 31/03/2019
Alteração da base de cálculo da COFINS – Lei nº 9.718/1998 Alteração da base de cálculo do	119.536	-	1.026	-	120.562
PIS/PASEP - Lei nº. 9.718/1998	62.710	-	436	-	63.146
Outras contingências e obrigações legais	51	-	1	-	52
			-		
	182.297		1.463		183.760

(ii) Para garantir as causas fiscais acima mencionadas, o Banco possui depósitos judiciais no valor de R\$ 119.170 (31/12/2018 - R\$ 118.315) contabilizados dentro do saldo de R\$ 121.775 (31/12/2018 - R\$ 120.349) da conta "Outros créditos – Devedores por Depósitos em Garantia" (Nota 8 (b)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro a seguir, estão apresentados os depósitos judiciais das causas fiscais em andamento:

		Saldos em 31/03/2019		Saldos em 31/12/2018
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Alteração da base de cálculo da COFINS – Lei nº		_		_
9.718/1998	120.562	54.487	119.536	54.078
Alteração da base de cálculo do PIS/PASEP instituído pela Lei nº 9.718/1998	63.146	63.146	62.710	62.710
Outras contingências e obrigações legais	52	1.565	51	1.540
	183.760	119.198	182.297	118.328

Nos processos judiciais relativos à COFINS e ao PIS/PASEP, o BDMG busca a suspensão das exigibilidades dessas contribuições, nos termos editados pela Lei nº 9.718/1998 que, além de instituir a COFINS para as instituições financeiras, ampliou a base de cálculo para a contribuição do PIS/PASEP ao estabelecer que o faturamento abrangesse a receita bruta operacional e não operacional. Em razão de decisões no curso do processo, o Banco efetuou depósito judicial, até a competência 12/2014, para cobertura das contribuições de COFINS sobre as receitas de serviços. A partir de 01/2015, com a entrada em vigor das alterações introduzidas pela Lei 12.973/2014, os recolhimentos do PIS/PASEP e da COFINS sobre todas as suas receitas passaram a ser efetuados normalmente.

Apesar do risco dessas ações estarem classificados como perda possível, o Banco, em consonância com a Circular BACEN nº 3.429/2010 que determina o reconhecimento no passivo das instituições financeiras das obrigações tributárias para as quais se discute, judicialmente, a constitucionalidade das leis que as instituíram até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes, constituiu as correspondentes provisões fiscais e previdenciárias.

Além dos processos citados acima já provisionados, o Banco possui, avaliados com risco de perda possível e não provisionados (vide Nota 2.14) as seguintes multas e processos contingentes de ações fiscais e tributárias com valores relevantes:

- Multa não incluída no montante depositado judicialmente para cobertura das contribuições da COFINS relativa ao processo acima relatado. Valor atualizado da multa R\$2.810 (31/12/2018 - R\$ 2.798).
- Multas de ofício decorrentes dos autos de infração lavrados pela Receita Federal para cobrança da COFINS relativas aos processos acima relatados e não consideradas no montante das provisões constituídas. O valor atualizado das multas de ofício é de R\$36.798 (31/12/2018 R\$ 36.333).
- Auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em julho de 2010, relativo à divergência de apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no período de 2005 a 2007. O valor atualizado do auto é de R\$10.238 (31/12/2018 R\$ 10.162).
- Auto de infração lavrado pela Secretaria de Receita Federal referente a exclusões efetuadas pelo Banco na base de cálculo do IRPJ referente a fatos geradores dos anos de 1997 e 1998. A parte do 35 de 65

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

auto referente ao ano de 1997 está avaliada com risco de perda possível no valor atualizado de R\$14.923 (31/12/2018 - R\$14.856).

O edifício-sede do Banco, situado na Rua da Bahia nº 1600 e seu anexo situado na Rua Bernardo Guimarães nº 1.592, encontram-se onerados por penhora aceita pela Fazenda Nacional em decorrência de ação judicial relativa ao imposto de renda de 1998. O valor atualizado da ação é de R\$ 52.224 e não se encontra provisionado uma vez que este risco de perda é avaliado como remoto.

O Banco também possui imóveis (terrenos) oriundos de bens não de uso, aceitos em penhora em processos de execução fiscal municipal relativo a imposto sobre serviço (ISS). O valor da ação é de R\$ 818 e não se encontra provisionado em razão de seu risco de perda estar avaliado como remoto.

(iii) A provisão para outras obrigações tem a composição apresentada a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período:

	Saldo em 31/12/2018	Provisões registradas	Atualizações	(Baixas)	Saldo em 31/03/2019
Coobrigação assumida em operações de crédito cedidas à STN	3.589	429	-	(210)	3.808
Ações de natureza cível	1.657	-	-	(170)	1.487
Ações de natureza trabalhista	14.404	484	-	-	14.888
Honorários Advocatícios	7.697	-	86	-	7.783
Outras (fianças prestadas)	6.112	14.033	-		20.145
	33.459	14.946	86	(380)	48.111

O Banco possui, registrada na conta Outros Créditos — Devedores por depósitos em garantia, a importância de R\$2.388 (31/12/2018 — R\$ 1.812) referente a depósitos para interposições de recursos associados às causas trabalhistas e R\$189 (31/12/2018 — R\$ 209) para cobertura de risco com ações de natureza cível.

As contingências trabalhistas e cíveis cujas perdas para o Banco foram classificadas como possíveis, e para as quais não há provisão totalizam, respectivamente, R\$166 (31/12/2018 – R\$ 265) e R\$5.249 (31/12/2018 – R\$ 655).

A provisão para fianças prestadas decorre de revisão de risco, nos termos da Resolução n^o 2.682/1999, sobre o saldo dessas fianças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) A provisão para pagamentos a efetuar decorre dos seguintes compromissos:

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Férias, 13º salário e outros encargos Participação dos empregados no resultado do exercício (PLR) Outros	13.069 43 779	12.641 4.959 557
	13.891	18.157

(v) O saldo da provisão de passivos atuariais, detalhados na Nota 24, refere-se aos seguintes benefícios patrocinados pelo Banco:

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Passivo atuarial relativo ao Plano de Previdência BD	150.172	148.060
Passivo atuarial relativo ao Plano de Previdência CV	4	-
Passivo atuarial relativo ao Programa de Promoção à Saúde (PRO- SAÚDE), plano de assistência médica e odontológica	99.198	98.018
Passivo atuarial relativo ao seguro de vida	13.246	13.239
	262.620	259.317

- (vi) O saldo da rubrica "Dotação para aumento de capital" refere-se ao percentual sobre retornos dos financiamentos contratados com o Fundo Estadual FUNDESE, para aumento do capital social aplicável ao programa CREDPOP, nos termos da Lei Estadual nº 13.667/2000.
- (vii) O saldo de Credores diversos País decorre principalmente de: saldo a pagar ao Banco Central em decorrência da adesão, em agosto de 2017, ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários (PRD) no valor de R\$ 13.067 (31/12/2018 R\$ 13.167); créditos de clientes a compensar R\$ 3.198 (31/12/2018 R\$ 3.026); depósitos em caução para participação em licitações R\$ 629 (31/12/2018 R\$ 1.745) e valor vinculado à venda da folha de salários R\$ 1.082 (31/12/2018 R\$ 1.141).

(c) Sociais e estatutárias

O saldo de R\$ 49.239, apresentado em 31 de dezembro de 2018, referente ao valor de juros sobre o capital próprio liquido de tributos, apurado sobre o resultado daquele exercício, foi destinado pelos acionistas a aumento de capital do Banco.

(d) Fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante de R\$ 65.156 (31/12/2018 - R\$ 56.267) refere-se, substancialmente, a recursos de fundos administrados pelo BDMG (fundos privados e fundos vinculados a órgãos oficiais).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Resultado de exercícios futuros

O saldo de R\$ 11.499 (31/12/2018 - R\$ 11.845) refere-se ao valor líquido de impostos das comissões sobre operações de crédito, recebidas antecipadamente, e apropriadas de acordo com a fluência dos prazos estipulados nos contratos.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito do BDMG, representado por 66.716.126.887 (31/12/2018 – 65.074.825.290) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, é de R\$ 1.980.349 (31/12/2018 – R\$ 1.931.111).

Em fevereiro de 2019, os acionistas aumentaram o capital do Banco em R\$ 49.239, sendo este valor oriundo dos juros sobre o capital próprio líquido de tributos referente ao exercício de 2018. Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central em 28/03/2019.

Em 31 de março de 2019, são acionistas do Banco: o Estado de Minas Gerais que detém o controle do Banco, com 89,88% do capital social; a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge (*), com 9,17%, a MGI - Minas Gerais Participações, com 0,94, que se tornou acionista a partir de junho de 2017, e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais/DER-MG que é acionista desde 1990, quando o Banco se transformou de autarquia em sociedade anônima, com participação de 0,01%.

(*) A Codemge, empresa registrada na Junta Comercial do Estado de Minas em fevereiro/2018, se tornou acionista do Banco em substituição ao acionista Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig, em razão de, nos termos do art. 2º da Lei Estadual n.º 14.892/2003 e da Lei Estadual n.º 22.828/2018, ter assumido atividades antes desempenhadas pela Codemig.

(b) Reserva legal

A reserva legal é calculada à base de 5% do lucro líquido apurado observado o limite de 20% do capital social.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	31/03/2019	31/12/2018
Ajuste ao valor de mercado (i) Outros ajustes de avaliação patrimonial (ii)	(9.023) (102.143)	(6.121) (102.143)
Total	(111.166)	(108.264)

Coldo am

Calda am

- (i) O ajuste ao valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, refere-se ao ajuste dos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.
- (ii) Outros ajustes referem-se ao reconhecimento dos custos inerentes à obrigação do Banco com os benefícios a empregados e que, por determinação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, com vigência a partir de janeiro de 2013, devem ser ajustados no patrimônio, líquido de efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Lucros / (prejuízos) acumulados

No trimestre foi gerado resultado positivo de R\$ 869 (31/03/2018 – 36.379).

16 Gerenciamento de Capital

O BDMG, em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.988/2011, editou os normativos internos, Resolução nº 213 e Instrução nº 239, que definem a política e a estrutura necessárias ao gerenciamento do capital do Banco. Esses normativos traçam diretrizes visando assegurar que o capital, sem deixar de atender os requerimentos regulatórios estabelecidos, mantenha-se em níveis adequados de forma a possibilitar que o Banco, mesmo em diferentes cenários, consiga realizar as metas constantes de seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados levam em conta as possíveis mudanças nas condições de mercado, as diferentes atividades operacionais e administrativas do Banco, o ambiente econômico no qual está inserido e os riscos aos quais está exposto.

O Banco, em observância aos normativos supracitados e considerando as definições para o planejamento estratégico, as premissas para os cenários propostos e as projeções de resultados, elaborou o plano de capital para o período de 2019 a 2021. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do BDMG pode ser consultado no seguinte endereço:

http://www.bdmg.mg.gov.br/Transparencia/Paginas/demonstracao-financeira.aspx.

A estrutura de gerenciamento de capital engloba o Diretor designado como responsável pelo gerenciamento de capital e o Comitê de Riscos e Capital além das seguintes unidades da instituição: Gerência Geral de Controladoria, responsável pela elaboração do plano de capital e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito e operacional e consolidação das informações referentes aos indicadores e requerimentos mínimos de capital; Gerência Geral de Riscos, responsável por realizar o cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de mercado e realizar testes de estresse para as parcelas de risco de mercado; Gerência Geral de Planejamento, responsável por descrever a estratégia da instituição; Gerência Geral de Administração Financeira, responsável pelas informações relevantes sobre as fontes de capital e Auditoria Geral, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital da Instituição.

O Diretor responsável pelo gerenciamento de capital responde pelos procedimentos e controles relativos ao gerenciamento de capital e integra o Comitê de Riscos e Capital. Este Comitê é responsável pela avaliação das principais premissas que podem impactar o plano de capital e pela proposição de alterações com o objetivo de alcançar os níveis desejáveis de capital mínimo e respectivos indicadores.

17 Capital regulamentar

As regras de mensuração do capital regulamentar determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras em manter patrimônio compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito. A Resolução CMN nº 4.192/2013, juntamente com um novo conjunto normativo, regulamentou no Brasil a partir de 01/10/2013 as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia relativa à estrutura de capital de instituições financeiras conhecidas por Basiléia III. O novo arcabouco apresentou

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a metodologia de apuração do capital regulamentar e de apuração da exigência de manutenção do capital com requerimentos mínimos de PR, PR de nível I e de capital principal.

A apuração do patrimônio de referência e o cálculo dos índices de capital do Banco estão demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Patrimônio líquido Patrimônio de referência nível I (PR nível I) ou Capital principal (CP) - (a)	1.776.546 1.739.979	1.729.340 1.705.370
Capital destacado para operações com o setor público - (b)	670.000	670.000
Patrimônio de referência (PR) - (a-b)	1.069.979	1.035.370
Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	6.146.170	6.368.561
Risco de crédito (RWAcpad)	5.125.120	5.320.808
Risco de mercado (RWAmpad)	281.344	378.553
Risco operacional (RWAopad)	739.706	669.200
Parcela de capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira não		
negociável (R _{BAN})	20.383	8.470
Patrimônio de referência mínimo	740.783	796.579
Índice de Basileia (PR/RWA)	17,41%	16,26%
Índice de Basileia amplo (PR/(RWA + R_{BAN}))	17,35%	16,24%

18 Contas de resultado

(a) Receitas de operações de crédito

	Saldo em 	Saldo em 31/03/2018
Rendas de empréstimos e financiamentos Créditos recuperados	124.582 39.067	148.612 9.484
	163.649	158.096

(b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e despesas de intermediação financeira

(i) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/03/2018
Rendas com títulos de renda fixa Rendas de aplicações em operações compromissadas	(4.318) 2.256	11.312 1.852
Rendas/(perdas) em aplicações em fundos de investimento Resultado com operações de <i>swap</i>	1.791 (1.482)	(91) (2.858)
Outros	(84)	10.215
	(1.03/)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Despesas de intermediação financei	(ii)	Despesas	de interme	diacão	financeira
---	------	----------	------------	--------	------------

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/03/2018
Despesas de letras financeiras	(1.660)	-
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(4.050)	(4.153)
Despesas de repasses BNDES e FINAME Despesas de repasses - Outras Instituições	(44.118) (6.937)	(53.350) (5.112)
Despesas de repasses - Outras instituições Despesas de empréstimos no exterior	(4.704)	(13.103)
Despesas de depósitos interfinanceiros e operações compromissadas	(1.941)	(1.449)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(515)	(399)
	(63.925)	(77.566)

(c) Despesas administrativas, despesas tributárias, outras receitas (despesas) operacionais

(i) Outras despesas administrativas

outrus uespesus uummistrutivus	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/03/2018
Serviços de terceiros e técnicos especializados	(2.418)	(3.081)
Despesas com publicidade e comunicações	(714)	(468)
Despesas de processamento de dados	(988)	(1.355)
Depreciação e amortização	(1.715)	(1.400)
Despesas de manutenção e materiais	(665)	(618)
Despesas de viagens e transporte	(323)	(276)
Despesas de aluguéis e infraestrutura	(322)	(268)
Outras	(987)	(1.014)
	(8.132)	(8.480)

(ii) Despesas tributárias

	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/03/2018
PIS e COFINS ISSQN Outras	(4.193) (415) (171)	(4.717) (468) (636)
	4.779	(5.821)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii)	Outras receitas operacionais	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/03/2018
	Reversão de provisões diversas	780	7.249
	Patrocínio do plano de saúde e seguro de vida	, <u> </u>	31.411
	Receita de ajuste valor de mercado do objeto de <i>hedge</i>	1.081	7.74 ^{:1}
	Rendas de equalização da STN Outras	441	0.400
	Outras	513	2.439
		2.815	48.840
(iv)	Outras despesas operacionais		
(11)	outrus despesas operacionais	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/03/2018
	Provisões para coobrigações em operações rurais	(397)	(101)
	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.188)	(1.642)
	Despesa do convênio - INDI	(659)	(1.843)
	Benefício pós-emprego – previdência	(2.648)	(2.703)
	Benefícios pós-emprego - plano de saúde e seguro de vida	(2.804)	(2.956)
	Outros benefícios de longo prazo	(40)	(42)
	Despesa de convênio BDMG Cultural	(1.044)	(363)
	Despesa com bônus e desconto sobre operações de crédito	(682)	(1.633)
	Despesas com descontos concedidos s/ renegociações	(3.037)	(1.420)
	Despesas com fianças prestadas	(14.079)	-
	Indenizações	(37)	(6.128)
	Taxas/Comissões Empréstimos Exterior	(3)	-
	Outras	(1.611)	(1.207)
		(28.229)	(20.038)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais diferidos apresentam os seguintes saldos:

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Adições temporárias (i) Ajuste a valor de mercado (Títulos e valores mobiliários) Prejuízo Fiscal / Base negativa de CSLL	536.004 8.116 632	538.110 5.231
Total	544.752	543.341

(i) O quadro a seguir apresenta a composição do crédito tributário de adições temporárias relacionadas às provisões das quais se originou:

	Saldo em 31/03/2019	Saldo em 31/12/2018
Créditos de liquidação duvidosa	333.403	350.642
Benefício pós-emprego	105.046	103.727
COFINS – (alteração da base de cálculo da Lei nº 9.718/1998)	36.896	36.648
Desvalorização de títulos e valores mobiliários	31.018	22.838
Alteração da base de cálculo do PIS/PASEP instituído pela Lei nº 9.718/1998	10.203	10.203
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	9.307	9.168
Coobrigação junto à STN	1.509	1.421
Outras	8.622	3.473
Total	536.004	538.120

As movimentações dos créditos tributários no período estão apresentadas no quadro a seguir:

	Ajuste a valor de mercado	Adições temporárias	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa CSLL	Total
Saldo em 31/12/2018 Constituição Reversão	5.231 2.885 -	538.110 57.659 (59.765)	632	543.341 61.176 (59.765)
Saldo em 31/03/2019	8.116	536.004	632	544.752

O registro dos créditos tributários do BDMG, efetuado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução 3.355/2006, considera, em até 10 anos, a expectativa para sua realização, em razão dos resultados fiscais positivos presentes na projeção de resultados que podem sofrer alterações, uma vez que é estimada com base em premissas internas e cenários econômicos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A recuperação provável dos créditos tributários decorrentes de adições temporárias está demonstrada a seguir:

	Valor nominal	Valor presente
Ano:		
2019	57.210	54.819
2020	78.957	71.531
2021	80.461	68.363
2022	102.317	81.529
2023	53.320	39.846
2024	77.994	54.661
2025	25.079	16.483
2026	20.960	12.920
2027	19.642	11.355
2028	20.064	10.878
Total	536.004	422.385

O valor presente dos créditos tributários foi obtido por meio de desconto do fluxo futuro de recuperação pela taxa média de captação dos recursos contratados pelo BDMG no valor de 6,63% a.a. (31/12/2018 - 6,63% a.a.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do imposto de renda e contribuição social lançados no resultado:

	Saldo em 31/03/2019			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição socia
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.386	2.386	67.657	67.657
Adições (exclusões) líquidas				
Constituição de provisão de contingências, líquida de reversões.	1.018	1.018	(5.127)	(5.127)
Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de créditos baixados como prejuízo, líquidos	3.530	3.530	12.859	12.859
Perdas efetivas de crédito	(46.602)	(46.602)	(16.460)	(16.460)
Constituição de provisão de benefício pós-emprego (líquido de reversões)	1.743	1.743	(24.726)	(24.726)
Participação estatutária no lucro	20.451	20.451	(9)	(9)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(4)	(4)
Outros	15.938	15.817	42	(36)
Base de cálculo	(1.536)	(1.657)	34.232	34.154
Imposto conforme alíquota efetiva	-	-	(5.134)	(6.831)
Adicional do imposto de renda	-	-	(3.417)	-
Incentivos fiscais	-	-	227	-
Subtotal de imposto de renda e contribuição social devidos	-		(8.324)	(6.831)
Total de provisão de Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-	(8.324)	(6.831)
Constituição de créditos fiscais diferidos (líquido de reversões) sobre diferenças temporárias	(933)	(541)	(8.022)	(6.282)
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(933)	(541)	(16.346)	(13.113)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Partes relacionadas

O BDMG realizou, no trimestre, as seguintes transações com partes relacionadas:

Pessoas jurídicas

Estado de Minas e empresas controladas direta e indiretamente:

- Estado de Minas Gerais prestação de serviços como agente financeiro dos fundos estaduais, sendo a comissão recebida pelo Banco parte integrante dos encargos financeiros dos contratos de financiamentos concedidos com os recursos dos fundos;
- Fundação João Pinheiro, instituição pública vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O Banco, conforme estabelecido no seu estatuto social e, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.050/1993, está autorizado a doar 5% do lucro líquido do exercício à Fundação. O BDMG manteve até 31/12/2018, com ônus, um empregado cedido para a Fundação. A despesa do Banco com esta cessão no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 45.

Empresas relacionadas com o BDMG

- Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), pessoa jurídica de direito privado, na forma de sociedade simples sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. O INDI se constitui em empresa coligada do BDMG que participa com 50% de suas cotas, conforme estabelecido na Lei Estadual 22.287, de 14 de setembro de 2016, bem como realiza aportes financeiros equivalentes a 50% de sua despesa total. O BDMG também manteve até agosto de 2018, com ônus, empregado cedido para o INDI, cujo custo era computado para fins de cumprimento de sua obrigação de mantenedor do Instituto. No trimestre, as despesas com o INDI totalizam R\$ 659 (1º (31/03/2018 R\$ 1.843).
- DESBAN Fundação BDMG de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, é patrocinada pelo BDMG que, conforme detalhado na Nota 24, efetuou desembolsos à Fundação objetivando atender aos benefícios previdenciários e de saúde de seus empregados. O BDMG tem empregados cedidos à DESBAN que arca com o custo desses empregados;
- O Instituto Cultural Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais BDMG Cultural, associação civil sem fins lucrativos, foi instituído pelo BDMG conjuntamente com a Associação dos Funcionários do BDMG AFBDMG para a criação de um espaço estimulador da cultura em Minas Gerais. O Banco mantém o BDMG Cultural mediante cessão de empregados sem ônus e contribuições ao Instituto. No trimestre as despesas decorrentes de convênio do Banco com o BDMG Cultural totalizam R\$ 1.044 (31/03/2018 363).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BIOMM S.A.

O Banco, em razão de ter incorporado em junho de 2018, sua subsidiária BDMGTEC, assumiu as ações da participação acionária que a BDMGTEC detinha na BIOMM. Portanto, a partir daquela data, nos termos da Resolução CMN nº4.636/2018, a empresa se tornou parte relacionada do Banco, uma vez que este possui membro de sua diretoria compondo o Conselho de Administração da BIOMM. A BIOMM possui financiamento junto ao BDMG cujo saldo, em 31 de março de 2019, monta em R\$ 24.417 (31/03/2018 – R\$ 20.491).

Pessoas Físicas

Os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, pessoas físicas que constituem partes relacionadas do Banco, recebem honorários constituídos por remuneração, encargos sociais e benefícios. No trimestre o valor desse desembolso totaliza R\$ 1.102 (31/03/2018 – R\$ 1.094).

21 Cobertura de seguros (não auditado)

O Banco, para fazer face, a eventuais sinistros que possam ocorrer com os bens do ativo imobilizado, mantém seguro no valor de R\$ 51.700 (31/12/2018 - R\$ 51.700).

22 Gestão de riscos

Política de gestão de riscos financeiros

A Gestão de Riscos alinhada às diretrizes estratégicas se compromete com os padrões éticos de conduta e confiabilidade do Banco. Sempre visando a convergência das metodologias e modelos internos aos Acordos de Basiléia e ao atendimento às recomendações oriundas dos Órgãos Reguladores, em observância à Resolução CMN nº 4.557/2017 e à Resolução CMN nº 4.595/2017, alinhada com às melhores práticas de gestão de riscos.

A missão da Gestão de Riscos no BDMG é gerir os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental e de conformidade, tendo como objetivos a mitigação desses riscos e a otimização da eficácia operacional e dos seus resultados. Assim, são adotadas práticas adequadas à natureza e às especificidades das operações do Banco.

A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Diretoria Executiva, Diretoria de Risco e Gestão Corporativa, Comitê de Riscos e Capital, Gerência Geral de Riscos e Controles Internos, e demais unidades (responsabilidade primária relativa aos riscos operacionais, conformidade e controles implementados).

Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito estabelece limites de exposição ao risco de crédito por cliente, grupo econômico e de acompanhamento da qualidade da carteira de crédito; alçadas decisórias e critérios de análise e acompanhamento de crédito, buscando a seletividade das operações, com o objetivo de minimizar a inadimplência e seus desdobramentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco operacional

A Política de Gerenciamento do Risco Operacional estabelece papéis, responsabilidades e metodologia própria para o processo de gestão de risco operacional do BDMG, envolvendo a análise qualitativa, avaliação quantitativa e monitoramento.

Risco de conformidade

A Política de Gerenciamento do Risco de Conformidade estabelece papéis e responsabilidades no processo de gestão do risco de conformidade do BDMG, com o objetivo de garantir que a atuação do banco esteja aderente à regulação interna e externa.

Risco de liquidez

A política de gestão do risco de liquidez estabelece papéis e responsabilidades, limites de exposição e níveis de reporte, visando preparar o Banco para suportar cenários adversos, considerando diferentes horizontes temporais. Dispõe sobre as situações de acionamento do plano de contingência, que contempla o conjunto de estratégias e medidas a serem tomadas, visando o reenquadramento aos limites fixados. Também são previstos pela política o monitoramento dos planos de ação definidos e o reporte de seus resultados à Alta Administração.

Risco de mercado

A Política de Gestão de Risco de Mercado estabelece papéis e responsabilidades, limites operacionais e níveis de reporte e os meios que devem ser trabalhados para minimizar os efeitos desse risco em suas demonstrações financeiras, fluxos de caixa e adequação aos limites de exposição ao risco.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece papéis, responsabilidades, metodologia própria para identificação e avaliação de risco socioambiental e critérios de análise e acompanhamento das operações.

As descrições das estruturas de gerenciamento desses riscos, bem como demais informações sobre a gestão estão disponibilizadas no site do BDMG (http://www.bdmg.mg.gov.br).

23 Administração de fundos de desenvolvimento (Não auditado)

O Banco mantém estrutura dedicada à administração de fundos de desenvolvimento. Os saldos referentes aos patrimônios dos fundos apresentam os seguintes valores:

	Saldo em <u>31/03/2019</u>	Saldo em 31/12/2018
Fundos estaduais Fundos privados Demais fundos	3.808.620 31.904 78.034	3.806.338 32.521 77.209
	3.918.558	3.916.068

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Benefícios a empregados

O BDMG, conforme citado na Nota 2.16, concede a seus empregados os seguintes benefícios pósemprego: benefícios previdenciários, assistência médica e odontológica, seguro de vida e benefício relacionado ao Programa de Desligamento Voluntário.

Em 22 de fevereiro de 2018 o Banco revisou a concessão desses benefícios efetuando as seguintes alterações:

- Seguro de vida até 22 de fevereiro de 2018 o Banco concedia este benefício aos empregados ativos e aos assistidos. A partir daquela data esse benefício passou a ser concedido somente aos empregados que se aposentaram até aquela data.
- Programa de Promoção à Saúde (PRO-SAÚDE) anteriormente era assegurado também aos
 participantes ativos e aos assistidos, e aos ativos quando se aposentassem, desde que tivessem sido
 inscritos no plano, na qualidade de ativos até 10/10/2009. Com a alteração efetuada, este benefício
 ficou mantido para os assistidos que tinham o benefício na data da alteração e aos empregados ativos
 que aderissem ao plano de desligamento voluntário em andamento até 30 de abril de 2018.

A contabilização dos benefícios concedidos é efetuada de acordo com o CPC 33 (R1) — Benefícios a Empregados que requer a realização, com regularidade, de estudos atuariais para fundamentar os registros dos benefícios. Assim, ficou definida a realização de dois estudos atuariais no ano para fundamentar as demonstrações financeiras do Banco, sendo o cálculo atuarial efetuado para os balanços dos meses de dezembro e a atualização atuarial para os balanços dos meses de junho.

(a) Características dos planos de benefícios

(i) Benefício previdenciário

O BDMG é patrocinador dos planos previdenciários na modalidade benefício definido e na modalidade contribuição variável que são administrados pela DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos. O objetivo de ambos os planos é assegurar aos empregados participantes e seus beneficiários a complementação do valor das prestações pagas pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Plano previdenciário na modalidade de benefício definido

Este plano, fechado para novas adesões em 10 de novembro de 2011, se baseia em regime financeiro de capitalização para o cálculo e acumulação de suas reservas, que decorrem das contribuições dos participantes e do patrocinador, cuja contribuição se limita ao total das contribuições normais dos participantes, observando as particularidades de cada um, em conformidade com a paridade contributiva prevista na Emenda Constitucional nº 20/1998. Também é necessário, em relação a este plano, observar o artigo 29 da Resolução CGPC (Conselho de Gestão da Previdência Complementar) nº 26, de 29 de setembro de 2008, que estabelece a obrigatoriedade de que o resultado deficitário no plano seja equacionado pelos participantes (ativos, assistidos e pensionistas) e patrocinadores, respeitando a proporção quanto às contribuições normais ocorridas no exercício em que se apurar o déficit.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício de 2015, o plano de benefício definido patrocinado pelo BDMG apresentou déficit técnico a ser equacionado. Os dados relativos ao valor do déficit e prazos de equacionamento bem como as respectivas atualizações já ocorridas estão apresentados no quadro a seguir:

	Valor do equacionamento em 2015 na Desban	Valor do equacionamento em 31/12/2018 no Patrocinador (*)
Valor do equacionamento	28.136	26.500
Parcela Patrocinador	14.068	13.250
Parcela Participantes	14.068	13.250
Prazo de equacionamento	20 anos	2019 a 2036

(*) Valor do equacionamento definido de acordo com o fluxo do passivo descontado a valor presente de acordo com as premissas definidas na avaliação atuarial do BDMG de dezembro de 2018.

O Banco ao considerar a melhor estimativa a ser adotada para o registro contábil referente ao valor de equacionamento do déficit, se pautou no arcabouço legal e normativo necessário para se apurar o passivo contábil atuarial de entidade de natureza pública patrocinadora de plano de previdência complementar. Assim, ficou estabelecido para o equacionamento o rateio de forma paritária entre participantes (exatos 50%) e patrocinadores (exatos 50%), sendo reconhecida no passivo do Banco a parcela de déficit atuarial de sua responsabilidade como patrocinador.

Essa condição foi acatada pelo Conselho Deliberativo da DESBAN conforme registrado na ata da 282ª reunião, realizada no dia 27/12/2016: "forma paritária de rateio entre participantes (exatos 50%) e patrocinadores (exatos 50%) será considerada não só para o presente Plano de Equacionamento, mas também para outros eventuais planos de equacionamento de *déficits* que se tornarem necessários no futuro, contanto que prevaleça vigente a mesma base legal e regulatória".

Plano na modalidade contribuição variável

Criado em 13 de janeiro de 2011, este plano se constitui em um plano de contribuição definida na fase de formação da poupança, transformando-se em benefício definido, pela garantia de uma renda mensal vitalícia após a concessão.

A contribuição do BDMG para este plano também se limita ao total das contribuições normais dos participantes, em conformidade com a paridade contributiva prevista na Emenda Constitucional nº 20/1998.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participantes do BDMG nos planos previdenciários

O número de participantes apresenta a seguinte distribuição:

	31/03/2019	31/12/2018
Planos:		
Benefício Definidos - BD Participantes ativos	222	219
Benefício Definidos - BD Participantes assistidos	541	541
Benefício Definidos - BD Participantes auto patrocinados	12	15
Contribuição Variável - CV Participantes ativos	69	69
Contribuição Variável - CV Participantes auto patrocinados	3	3
Total	847	847

01/00/0010

04/40/0049

(ii) Beneficio de assistência médica e odontológico

O Programa de Promoção à Saúde (PRO-SAÚDE) oferece cobertura para despesas médicas e odontológicas aos empregados participantes ativos e seus dependentes, conforme consta da Nota 2.15, é gerido pela DESBAN e funciona sob o regime de capitalização. Este benefício está assegurado aos participantes assistidos já aposentados e os que se aposentaram nas condições estabelecidas pelo Programa de Desligamento Voluntário, cujo prazo de adesão se encerrou em 30 de abril de 2018.

(iii) Seguro de vida

O Banco patrocina o seguro de vida em grupo pós emprego, exclusivamente, aos empregados assistidos que, em 22 de fevereiro de 2018, já detinham este benefício. A contribuição do Banco corresponde a 50% do valor do prêmio pago.

(iv) Programa de desligamento voluntário

O Banco tem implantado este Programa com o objetivo de beneficiar os empregados em condição de se aposentarem e que atendem aos requisitos estabelecidos.

Em 2018, o Programa foi aberto no mês de março com prazo de adesão encerrado em 30 de abril e foi estendido aos empregados em condição de se aposentarem nos dois anos seguintes ao prazo final de adesão, sendo assegurado a eles o benefício do plano de saúde na condição de assistidos, desde que se inscrevessem no Programa dentro do período de adesão estabelecido.

(c) Compromissos do Banco com os planos de benefícios

No cumprimento das obrigações com os planos de benefícios, o BDMG realizou, no período, as seguintes contribuições para os empregados ativos e assistidos:

	31/03/2019	31/12/2018
Plano de Benefícios Previdenciários – (BD) Plano de Benefícios Previdenciários – (CV) Programa de Promoção à Saúde PRÓ-SAÚDE Seguro de Vida em Grupo Programa de desligamento voluntário	2.393 127 1.814 302 6	11.351 561 4.932 1.227 2.169
Total	4.642	20.240

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentações do valor presente da obrigação com benefício definido

Os valores líquidos das obrigações com os planos de benefícios definidos, conforme CPC 33 (R1) decorreram das seguintes movimentações ocorridas no período:

	Plano de Benefícios Previdenciários -BD	Plan Benef Previdenciá		Programa de Promoção à Saúde PRO- SAÚDE	Seguro de Vida em Grupo	Total
(Passivo) líquido em 31/12/2018	(185.244)			(98.018)	(13.239)	(296.501)
Parcela dos Participantes no superávit (-)/déficit (+)	37.184		_			37.184
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2017 (1)	(148.060)			(98.018)	(13.239)	(259.317)
Custo do serviço corrente	(1.606)		(15)			(1.621)
Custo líquido dos juros	(3.201)		1	(2.192)	(289)	(5.681)
Contribuições esperadas para despesas administrativas				(323)		(323)
Contribuições patrocinador	2.695		10	1.335	282	4.322
(Passivo) líquido registrado em 31/03/2019(1)	(150.172)		(4)	(99.198)	(13.246)	(262.620)
	Previo	Plano de Benefícios denciários – BD	:	Programa de Promoção à Saúde PRO- SAÚDE	Seguro de Vida em Grupo	Total
(Passivo) líquido em 31/12/2017		(198.278)		(116.233)	(16.132)	(330.643)
Parcela dos Participantes no superávit (-)/déficit (+)		51.991		-	-	51.991
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2017 (1)		(146.287)		(116.233)	(16.132)	(278.652)
Custo do serviço corrente		(6.129)		(227)	(28)	(6.384)
Custo líquido dos juros		(11.821)		(9.077)	(1.227)	(22.125)
Custo do Serviço Passado		-		28.123	3.288	31.411
Contribuições esperadas para despesas administrativas		_		(1.327)	-	(1.327)
Contribuições patrocinador Remensurações (2)		11.379		3.313	1.137	15.829
Retorno sobre ativos do plano, excluindo juros	3	31.898		723	-	32.621
(Perda) atuarial – Mudanças de premissas (ta: desconto)	xa de	(55.190)		(8.983)	(950)	(65.123)
(Perda) atuarial – Mudanças de premissas (cre Salarial e <i>turnover</i>)	esc.	(10)		-	-	(10)
Ganho / (Perda) atuarial – Ajustes de experiên	ncia	37.669		5.670	673	44.012
Suspensão do carregamento administrativo		8.128		-	-	8.128
Compartilhamento de Risco		(17.707)		_	_	(17.707)
Outros - Contribuições Extraordinárias		10		_	-	10
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2018 (1)		(148.060)	_	(98.018)	(13.239)	(259.317)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (1) Refere-se a parcela de responsabilidade atuarial do patrocinador, após o cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes ativos e assistidos.
- (2) As remensurações em obrigações de benefícios a empregados são registradas em Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido conforme citado na Nota 15 (c) (ii).

Valores reconhecidos no Resultado

As despesas com os planos de benefícios definidos estão detalhadas no quadro a seguir:

					31/03/2019
	Plano de Benefícios Previdenciários -BD	Plano de Benefícios Previdenciários -CV	Programa de Promoção à Saúde PRO- SAÚDE	Seguro de vida em Grupo	Total
Custo do serviço corrente Custo líquido dos juros	(1.606) (3.201)	(15) 1	- (2.192)	- (289)	(1.621) (5.681)
Contribuições esperadas para despesas administrativas			(323)		(323)
(Despesa) Receita reconhecida na demonstração do resultado (*)	(4.807)	(14)	(2.515)	(289)	(7.625)

	-			31/03/2018
	Plano de Beneficios Previdenciários - BD	Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE	Seguro de vida em Grupo	Total
Custo do serviço corrente	(1.657)	(205)	(28)	(1.890)
Custo líquido dos juros	(3.306)	(2.625)	(347)	(6.278)
Contribuições esperadas para despesas				
administrativas	-	(435)	-	(435)
Custo do serviço passado	<u> </u>	28.123-	3.288	31.411
(Despesa) reconhecida na demonstração do resultado (*)	(4.963)	(24.858)	(2.913)	(22.808)

⁽i) O registro contábil das despesas foi feito da seguinte forma: R\$ 2.173 (31/03/2018 - R\$ 2.944) na conta "Despesas de pessoal" e R\$ 5.452 (31/03/2018 - R\$ 5.659) na conta "Outras despesas operacionais" e R\$ (31/03/2018 - R\$ 31.411) na conta "Outras receitas operacionais".

(d) Estudos atuariais

As obrigações atuariais foram avaliadas por atuário independente pelo Método de Crédito Unitário Projetado e estão vigentes os estudos elaborados para data-base de 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 os valores líquidos das obrigações com os planos de benefícios definidos, apurados conforme CPC 33 (R1), para reconhecimento no balanço patrimonial são:

				31/12/2018
	Plano de Benefícios Previdenciários -BD	Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE	Seguro de vida em Grupo	Total
Obrigação com benefício definido Ativos do plano	(1.146.939) 961.695	(121.594) 23.576	(13.239)	(1.281.772) 985.271
(Passivo) atuarial líquido	(185.244)	(98.018)	(13.239)	(296.501)
Parcela do Participante no superávit/déficit	(37.184)			(37.184)
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2018 $^{\rm (i)}$	(148.060)	(98.018)	(13.239)	(259.317)

(1) Refere-se parcela de responsabilidade atuarial do patrocinador, após o cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes ativos e assistidos:

	31/12/2018
	Plano de Benefícios Previdenciários -BD
Parcela do Patrocinador com contribuições futuras	(97.626)
Parcela do Patrocinador com equacionamento déficit 2015 Parcela do Patrocinador no superávit/déficit	(13.250) (37.184)
	(148.060)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Alocação do valor justo dos ativos do plano

Os ativos dos planos em 31 de dezembro de 2018 estão alocados, a seguir, por categoria de ativos:

Plano de Benefícios Previdenciários - BD	31/12/2018
Disponível	0,01%
Realizável – Gestão Previdencial	0,68%
Realizável – Gestão Administrativa	0,69%
Títulos Públicos	51,19%
Créditos Privados	3,87%
Fundos de Investimento	31,65%
Investimentos Imobiliários	4,34%
Empréstimos e Financiamentos	1,23%
Depósitos Judiciais	6,34%
Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE	31/12/2018
Disponível	1,56%
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	4,32%
Aplicações Livres	82,11%
Créditos de Operação com Planos de Saúde	0,31%
Créditos de Operação Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	0,24%
Créditos Tributários e Previdenciários	0,23%
Realizável de Longo Prazo	11,23%

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Os estudos atuariais que apresentam as obrigações do BDMG em dezembro de 2018 estão embasados nas seguintes premissas:

	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	
Plano de Benefícios Previdenciários -BD	9,109%
Plano de Beneficios Previdenciários -CV	9,147%
Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE	9,091%
Seguro de vida em Grupo	9,131%
Taxa nominal anual esperada de retorno dos investimentos	
Plano de Benefícios Previdenciários -BD	9,109%
Plano de Benefícios Previdenciários -CV	9,147%
Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE	9,091%
Inflação anual futura estimada	4,01%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro:	
BDMG (PCS)	6,65%
BDMG (CC)	4,53%
Projeção anual do crescimento real das despesas médicas (1)	3,00%
Rotatividade:	
Menos de três anos de tempo de serviço	
Acima de três anos	
Até 39 anos de idade	4,20%
A partir de 39 anos de idade	0,30%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 (tábua Basic suavizada em 10%) desagravada em 10% e segregada por sexo.
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 70%.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss desagravada 50%.
Composição de famílias pensionistas	Ativo: Família média (considerando 95% casados e 4 anos de diferença entre cônjuges, sendo homem mais velho e com dependente temporário mais jovem com idade equivantes a: 24-máximo ((65-idade do titular)/2;0)). Assistido: Família real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Sensibilidade da obrigação de benefício definido

As mudanças nas premissas que fundamentam os estudos atuariais podem ter efeitos no valor da obrigação de benefício definido.

O quadro a seguir apresenta, em termos percentuais, como a obrigação de benefício definido é afetada caso ocorra alterações nas seguintes premissas atuariais:

_										alt:erada
_	Aumento de 0,5% a.a. na taxa de desconto	Redução de 0,5% a.a. na taxa de desconto	Aumento de 1 ano na expectativa de vida	Redução de 1 ano na expectativa de vida	Aumento de 0,5% na taxa de crescimento salarial	Redução de 0,5% na taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,01% na taxa do prêmio do seguro	Redução de 0,01% na taxa do prêmio do seguro	Aumento de ,5% na taxa de tendência dos custos médicos	Redução de ,5% na taxa de tendência dos custos médicos
Plano de Benefícios Previdenciários - BD Plano de	-5,37%	5,95%	1,88%	-1,92%	1,01%	-0,93%	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios Previdenciários - CV Programa de Promoção à	-13,51%	16,00%	3,59%	-3,26%	10,30%	-9,33%	N/A	N/A	N/A	N/A
Saúde PRO- SAÚDE	-5,18%	5,69%	3,60%	-3,58%	-	-	N/A	N/A	5,77%	-5,30%
Seguro de Vida em Grupo	-6,16%	6,80%	3,17%	-3,13%	-	-	3,17%	-3,38%	N/A	N/A

Premissa

Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias em 31 de março de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Fluxo de Caixa projetado

Os estudos atuariais efetuados para a data-base de dezembro de 2018 apresentaram as seguintes estimativas de pagamentos de benefícios e de contribuições do patrocinador para o exercício de 2019:

	Plano de Benefícios Previdenciários - BD	Plano de Benefícios Previdenciários - CV (1)	Programa de Promoção à Saúde PRO-SAÚDE	Seguro de vida em Grupo	Programa de desligamento	Total
Pagamentos de benefícios esperados Contribuições esperadas do empregador	75.924		6.012	1.157		83.093
	11.608	593	4.534	1.157		17.892

⁽¹⁾ A contribuição esperada do patrocinador para Benefícios de Risco do Plano de Benefícios Previdenciários - CV em 2019 é de R\$ 47.

25 Compromissos e responsabilidades

O BDMG concedeu avais e fianças a clientes mediante prestação de contra garantias e encargos financeiros pagos pelos beneficiários sendo o saldo desses compromissos em 31 de março de 2019 de R\$ 201.454 (2018 – R\$203.738).

* * *

Diretoria Executiva

Sérgio Gusmão Suchodolski Presidente
Carolina Marinho do Vale Duarte Diretora
Marcela Amorim Brant Diretora
Rogério Sobreira Bezerra Diretor

Gerência Geral de Controladoria

Giovani Rosemberg Ferreira Gomes – Contador CRC-MG – 075701/O-5